



ACADEMIA MILITAR

Mestrado Integrado em Ciências Militares na Especialidade de Cavalaria

O Emprego de Solípedes nas Forças Militares Portuguesas durante a 1.^a Guerra Mundial em França

Autor: Aspirante de Cavalaria Miguel Jorge Martinho Matias Reis Dias

**Orientador: Tenente Coronel Artilharia (Doutor) Pedro Alexandre Marcelino
Marquês de Sousa**

Relatório Científico Final do Trabalho de Investigação Aplicada

Lisboa, junho 2016



ACADEMIA MILITAR

Mestrado Integrado em Ciências Militares na Especialidade de Cavalaria

O Emprego de Solípedes nas Forças Militares Portuguesas durante a 1.^a Guerra Mundial em França

Autor: Aspirante de Cavalaria Miguel Jorge Martinho Matias Reis Dias

**Orientador: Tenente Coronel Artilharia (Doutor) Pedro Alexandre Marcelino
Marquês de Sousa**

Relatório Científico Final do Trabalho de Investigação Aplicada

Lisboa, junho 2016

Epígrafe

“No hour of life is wasted that is spent in the saddle.”

Winston Churchill

Dedicatória

À minha família, por tudo.

Agradecimentos

Os primeiros agradecimentos vão para a minha família, por todo o apoio que me deram ao longo desta caminhada e por me terem sempre lembrado de qual o melhor caminho a seguir.

Ao meu curso, por todos os momentos que passámos juntos e pela união que criámos.

Ao Gabinete de Cavalaria por sempre nos incentivar a obtermos melhores resultados e estar sempre disposto a auxiliar-nos quando necessário.

Ao meu orientador, Tenente-Coronel Artilharia Pedro Marquês de Sousa por desde o primeiro momento ter aceiteado este desafio e sempre me ter incentivado a investigar mais e a melhorar. Sem dúvida que sem o seu apoio este trabalho não teria sido possível.

Ao Dr. José Omm Vale Henriques pela partilha de conhecimentos sobre solípedes e pela total disponibilidade que sempre demonstrou em me auxiliar nesta investigação.

Por fim, aos amigos de sempre, por desde sempre estarem ao meu lado e que sem dúvida que este percurso também é deles.

O meu sincero obrigado a todos.

Resumo

O seguinte Trabalho de Investigação Aplicada tem como objetivo descrever de que forma foram integrados e como foram empregues os solípedes nas forças militares portuguesas durante a 1.^a Guerra Mundial em França, nomeadamente no Corpo Expedicionário Português, acompanhando a evolução doutrinária relativa aos quadros orgânicos e aos quantitativos de solípedes previstos e empregues, desde o momento em que foi sugerida a participação de Portugal no conflito até às forças portuguesas se encontrarem em França.

O período em análise está inserido na 1.^a Guerra Mundial, decorrida entre 1914 e 1918, que provocou uma profunda alteração na forma de combater que até então se fazia.

Este período é caracterizado por um contraste entre as táticas e técnicas que tinham sido utilizadas no passado e que não se ajustavam à nova realidade do armamento, levando a que as diferentes unidades e formações necessitassem de se adaptar, surgindo dessa forma alterações na forma como os solípedes eram empregues.

Para a realização desta investigação teve-se como referência o método de investigação histórica, sendo analisada, numa abordagem diacrónica, a evolução da orgânica das unidades mobilizadas e a sua atividade operacional, e através de uma abordagem sincrónica, as variáveis atuantes como a falta de recursos ou as adaptações à organização britânica e as respostas que os portugueses encontraram no desenvolvimento da sua missão no Corpo Expedicionário Português.

Palavras-Chave: Corpo Expedicionário Português, Solípedes, 1.^a Guerra Mundial.

Abstract

The following paper aims to describe how were integrated and how horses were employed in the Portuguese military forces during the World War I in France, particularly the Portuguese Expeditionary Corps, following the doctrinal developments concerning organic frameworks and quantitative of planned and employed horses, from the time it was suggested the participation of Portugal in the conflict to the Portuguese forces meet in France.

The period under review is set in World War I, held between 1914 and 1918, which caused a profound change in the way of fighting.

This period being characterized by a contrast between the tactics and techniques that had been used in past and that did not fit the new reality of weapons, leading to the different units and they needed training to adapt, thereby emerging changes in the way horses were employed.

To carry out this research he used the historical research method, and analysed in a diachronic approach, the evolution of organic of mobilized units and their operations, and through a synchronic approach, the variables acting as the lack of resources or adaptation to the British organization and the answers that the Portuguese found in the development of its mission in the Portuguese Expeditionary Corps.

Keywords: Portuguese Expeditionary Force, Horses, World War I

Índice Geral

	Página
Epígrafe.....	ii
Dedicatória.....	iii
Agradecimentos	iv
Resumo	v
Abstract.....	vi
Índice Geral.....	vii
Índice de Figuras.....	x
Índice de Quadros	xi
Índice de Apêndices e Anexos.....	xiii
Lista de Abreviaturas, Siglas e Acrónimos.....	xiv
INTRODUÇÃO	1
CAPÍTULO 1. REVISÃO DA LITERATURA.....	3
CAPÍTULO 2. METODOLOGIA	7
2.1. Enquadramento Conceptual.....	7
2.2. Abordagem Metodológica	8
2.3. Fontes bibliográficas	9
CAPÍTULO 3. A PREPARAÇÃO DA MOBILIZAÇÃO DE SOLÍPEDES	10
3.1. A participação portuguesa no teatro europeu da Primeira Guerra Mundial	10
3.2. Os Solípedes no Exército Português	11
3.3. A Divisão Auxiliar de 1914	15
3.4. A Divisão de Instrução de 1916.....	19
3.4.1. Regulamento de Mobilização de 1915.....	20

3.4.2. Situação dos Solípedes aquando da sua mobilização.....	22
3.4.3. Instalação da Divisão de Instrução em Tancos	26
3.4.4. Estado dos Solípedes em Tancos	27
3.4.5. Quantitativos de Solípedes em Tancos	28
CAPÍTULO 4. ORGANIZAÇÃO DAS FORÇAS – A PRESENÇA DE SOLÍPEDES NA ORGÂNICA DO CEP	30
4.1. Antecedentes da entrada na Grande Guerra	30
4.2. A Divisão Reforçada de 3 de Janeiro de 1917	31
4.3. O Corpo Expedicionário Português como Corpo de Exército	32
CAPÍTULO 5. O EMPREGO DE SOLÍPEDES NAS OPERAÇÕES DO CEP	34
5.1. Os Solípedes em França.....	34
5.2. Emprego dos Solípedes no CEP	38
5.3. Estado dos Solípedes na frente	46
CONCLUSÃO	50
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	53
APÊNDICES	
APÊNDICE A – ORGANIZAÇÃO E EFETIVO DA DIVISÃO AUXILIAR PORTUGUESA QUANTO A SOLÍPEDES	I
APÊNDICE B – ORGANIZAÇÃO E EFETIVO DA DIVISÃO DE INSTRUÇÃO (A DUAS BRIGADAS).....	III
APÊNDICE C – PROPOSTA DA ORGANIZAÇÃO E EFETIVO DO CEP COMO CORPO DE EXÉRCITO	IV
APÊNDICE D – TRANSPORTE DO CEP PARA FRANÇA	VI
APÊNDICE E – EFETIVOS PREVISTOS DAS UNIDADES E FORMAÇÕES QUE FAZEM PARTE DO CEP EM 16 DE JULHO DE 1917	XII
ANEXOS	
ANEXO A – TABELA DOS MERCADOS ESPECIAIS E GERAIS PREVISTA NO	

REGULAMENTO PARA O SERVIÇO DA REMONTA GERAL DO EXÉRCITO DE 1902

.....XV

ANEXO B – RELAÇÃO DE SOLÍPEDES A SEREM ENTREGUES EM
DETERMINADAS UNIDADES.....XVI

Índice de Figuras

	Página
Ilustração 1 Muares para transporte de munições.....	38
Ilustração 2 Viatura de 2 rodas	41
Ilustração 3 Uma Bateria de Artilharia de 75 mm em exercícios em Tancos.....	43
Ilustração 4 Um carro para transporte de água português, fotografado em Lisboa, nas manobras da Escola de Guerra de 1917.....	44
Ilustração 5 Carro de Transporte de Feridos.....	45
Ilustração 6 Cozinhas rodadas de um trem de combate de infantaria.....	46
Ilustração 7 Tabela dos mercados especiais e gerais prevista no Regulamento para o Serviço da Remonta Geral do Exército de 1902	XV
Ilustração 8 Relação de solípedes a serem entregues em determinadas unidades em 19 de Novembro de 1918.....	XVI
Ilustração 9 Continuação da relação de solípedes a serem entregues em determinadas unidades em 19 de Novembro de 1918.....	XVII

Índice de Quadros

	Página
Quadro 1 Classificação dos solípedes adquiridos pela comissão de remonta	13
Quadro 2 Resumo por unidades dos cavalos e muares aptos para entrar em campanha e dos incapazes para o mesmo.....	17
Quadro 3 Classes a considerar na inscrição dos solípedes	21
Quadro 4 Mapa, com a distribuição por classes, dos solípedes de requisição existentes na área das 8 circunscrições do Exército de 21 de Abril de 1916	24
Quadro 5 Centros de mobilização do animal e locais pertencentes à respetiva circunscrição	25
Quadro 6 Relação dos solípedes que faltam para completo de mobilização das unidades e formações da D. I. de 26 de Junho de 1916	28
Quadro 7 Solípedes transportados de Portugal para França	35
Quadro 8 Relação dos solípedes fornecidos ao CEP pelos Depósitos de Remonta Ingleses	36
Quadro 9 Mapa dos solípedes previstos para o CEP em finais de Novembro de 1917	37
Quadro 10 Mapa dos solípedes necessários a uma divisão do CEP	39
Quadro 11 Composição de uma Brigada de Infantaria quanto a solípedes e viaturas hipomóveis.....	40
Quadro 12 Composição de um Grupo de Baterias de Artilharia quanto a solípedes e viaturas hipomóveis	42
Quadro 13 Composição de um Grupo de Metralhadoras Pesadas quanto a solípedes e viaturas hipomóveis	43
Quadro 14 Instruções sobre o movimento de solípedes doentes	48
Quadro 15 Organização e Efetivo da Divisão Auxiliar Portuguesa quanto a solípedes	I
Quadro 16 Organização e Efetivo da Divisão de Instrução (a duas brigadas) quanto a solípedes.....	III
Quadro 17 Composição do CEP como Corpo de Exército segundo proposta do General Tamagnini em 12 de Fevereiro de 1917 ao Ministro da Guerra	IV

Quadro 18 Transporte do CEP para França	VI
Quadro 19 Efetivos das Unidades e Formações que fazem parte do CEP em 16 de Julho de 1917.....	XII

Índice de Apêndices e Anexos

	Página
Apêndice A - Organização e Efetivo da Divisão Auxiliar Portuguesa quanto a solípedes ...	I
Apêndice B - Organização e Efetivo da Divisão de Instrução (a duas brigadas)	III
Apêndice C - Composição do CEP como Corpo de Exército.....	VI
Apêndice D - Transporte do CEP para França.....	IV
Apêndice E - Efetivos Previstos das Unidades e Formações que fazem parte do CEP em 16 de julho de 1917.....	XII
Anexo A - Tabela dos mercados especiais e gerais prevista no Regulamento para o Serviço da Remonta Geral do Exército de 1902	XV
Anexo B - Relação de solípedes a serem entregues em determinadas unidades em 19 de novembro de 1918.....	XVI

Lista de Abreviaturas, Siglas e Acrónimos

CEP	<i>Corpo Expedicionário Português</i>
DI	<i>Divisão de Instrução</i>
GBA	<i>Grupo de Bataria de Artilharia</i>
HVI	<i>Hospital Veterinário Inglês</i>
OE	<i>Ordem do Exército</i>
SMV	<i>Secção Móvel Veterinária</i>
SV	<i>Serviço de Veterinária</i>
S.V.M	<i>Serviço de Veterinária Militar</i>
QC	Questão Central
QD	Questão Derivada

INTRODUÇÃO

O trabalho de investigação sobre o emprego de solípedes (cavalos e muares) pelas forças militares portuguesas mobilizadas para França durante a 1.^a Guerra Mundial, visa caracterizar o processo de mobilização dos solípedes, a sua presença nos quadros orgânicos das unidades, as funções e o emprego nas operações e logística do Corpo Expedicionário Português (CEP).

Tendo em consideração o período em que se evoca o centenário da 1.^a Guerra Mundial (1914 - 1918) e o facto de não existir nenhum estudo em Portugal, dedicado especificamente ao emprego de solípedes nas forças militares, e atendendo à importância destes como meio de transporte e meio para rebocar alguns sistemas de armas (artilharia, metralhadoras, morteiros, etc.), julgamos que o estudo se reveste de grande pertinência.

O período em estudo regista um dos momentos de maior empenhamento militar português na frente ocidental da guerra, a mais exigente do conflito e, para além dos trabalhos já existentes, parece útil estudar com detalhe, o emprego dos solípedes em funções militares, focando-nos em Portugal entre 1914 e 1916 e posteriormente em França em 1917 e 1918.

O objetivo geral deste trabalho de investigação consiste em descrever de que forma foram integrados e como foram empregues os solípedes nas forças militares portuguesas durante a 1.^a Guerra Mundial em França. Tendo como objetivos específicos os seguintes: caracterizar a evolução da presença de solípedes na estrutura orgânica das unidades e formações militares portuguesas entre 1914 e 1918; conhecer o processo de mobilização dos solípedes e como este decorreu no âmbito da mobilização de pessoal e material; e descrever o emprego dos solípedes nas unidades destacadas em França (1917-1918).

A questão central formulada para este trabalho de investigação é “De que forma decorreu a mobilização, como estavam integrados e como foram empregues os solípedes nas forças militares portuguesas na 1.^a Guerra Mundial em França?”.

O trabalho encontra-se estruturado em seis capítulos, sendo os três primeiros reservados, nomeadamente, para a Introdução, a Revisão da Literatura e a Metodologia, enquanto que os restantes três capítulos compreendem a evolução que existiu desde o início

da guerra e primeiras preocupações para um possível envolvimento até à participação efetiva das forças portuguesas na Grande Guerra em França.

Assim sendo, a Revisão da Literatura pretende dar a conhecer, do geral para o particular, quais as obras que existem sobre o nosso estudo, demonstrando que é um estudo de facto pertinente, tendo em conta estudos já realizados sobre remonta e o emprego de solípedes em exércitos estrangeiros. Na Metodologia visa mostrar o principal enquadramento conceptual necessário para compreender inicialmente o nosso estudo, qual a abordagem metodológica utilizada e as fontes a que recorremos.

O Capítulo 3 – A Preparação da Mobilização de Solípedes mostra como estava organizado o processo de mobilização de solípedes no nosso exército, como estava previsto que ocorresse e as modificações que sofreu, aquando do início dos trabalhos para a mobilização da primeira unidade que Portugal pretendeu enviar para França, até à Divisão de Instrução.

O Capítulo 4 - Organização das Forças – A presença de solípedes na orgânica do CEP demonstra o processo que levou à alteração da orgânica da Divisão de Instrução, que foi reunida em Tancos, para uma Divisão Reforçada e, seguidamente, elevada à categoria de Corpo de Exército quando se encontrava em França.

O Capítulo 5 – O emprego de solípedes no CEP pretende demonstrar a forma como os solípedes foram empregues, abordando o transporte para França, qual o seu emprego efetivo na frente e o estado em que se encontravam.

Na conclusão responderemos à questão de partida que levantámos no início do estudo, sendo que esta resposta é suportada pelas questões derivadas que foram levantadas e às quais, com os capítulos atrás referidos, pretendemos responder.

CAPÍTULO 1. REVISÃO DA LITERATURA

Como obras de enquadramento geral consideramos a obra de David Martelo *As Origens da Grande Guerra*, que aborda o processo que levou ao desencadear da Grande Guerra e as dimensões gigantescas que este conflito teve (Martelo, 2013).

A obra *Portugal e a Grande Guerra* de Aniceto Afonso e Carlos de Matos Gomes, também nos revela a evolução do “conflito passo a passo, frente a frente, batalha após batalha (...) [passando] os olhos pelas sociedades, pelos exércitos, pelos teatros de operações, pelas lutas de bastidores” (Afonso & Gomes, 2010, p. 8), através da intervenção de vários colaboradores, nomeadamente António José Telo, António Ventura, Ernesto Castro Leal, Hipólito de la Torre Gómez, João Vieira Borges, David Martelo, Luís Alves de Fraga, Nuno Santa Clara Gomes e Marília Guerreiro.

A obra *O CEP – Os militares sacrificados pela má política*, publicada recentemente da autoria de António José Telo e de Pedro Marquês de Sousa, explora a forma como a má política dos governantes portugueses levou à participação de Portugal na Grande Guerra, revelando dados dos documentos estrangeiros, principalmente franceses e ingleses.

Em relação à organização e funcionamento do serviço de remonta O *Regulamento para o Serviço de Remonta Geral do Exército* de 1902 foi uma referência importante, dado ser este o regulamento que se encontrava em vigor no Exército quando começou a guerra. Consideramos também o *Regulamento para o Serviço de Remonta da Guarda Nacional Republicana* de 20 de Dezembro de 1911 e os diversos regulamentos que estiveram em vigor depois de 1895¹.

Nas Coleções das Ordens do Exército, as Ordens do Exército de 1911, 1914 e 1916 revelaram-se referências essenciais para o nosso estudo, nomeadamente a Organização Geral do Exército Metropolitano de Maio de 1911, a composição da Divisão Auxiliar Portuguesa de Dezembro de 1914 e o Regulamento de Mobilização de Dezembro 1915 (publicado em Janeiro de 1916).

¹ Antes do regulamento de 1902, o que se encontrava em vigor era o *Regulamento para o Serviço da Remonta Geral do Exército* aprovado por decreto de 25 de Abril de 1895 e, após o conflito em estudo, surge um novo regulamento que vem substituir o de 1902, através do decreto n.º 5382 de 20 de Março de 1919.

Na *Revista do Exército e da Armada* (volume II, Janeiro e Junho de 1884), encontramos um artigo da autoria do Capitão de Cavalaria Serras Conceição referente à história da indústria cavalar, que nos ajuda a compreender o emprego de solípedes para combate na cavalaria, e no qual o cavalo é definido como um "verdadeiro instrumento de guerra, de indiscutível utilidade, porque é aproveitado como transporte, e empregado como arma de choque, o cavalo desempenha um papel de reconhecida importância em todo o serviço - sem exclusão do combate - da cavalaria" (Conceição, 1884, p. 17). Ao longo de todo o artigo o autor aborda a indústria cavalar desde os primeiros povos a habitar a Península Ibérica até à data em que o artigo é escrito. O autor considera que o serviço de remonta deve ser um dos temas de estudo dos oficiais de cavalaria, e que "é indispensável conhecer não só as condições do mercado, em que se efetua a remonta, mas igualmente as circunstâncias, em que se encontra no país, a indústria da produção equina" (Conceição, 1884, p. 17), pois é necessário "conhecer a quantidade e a qualidade dos produtos, que a indústria cavalar pode fornecer para o serviço do exército" (Conceição, 1884, p. 17), podendo afirmar que "em relação à remonta de cavalos militares, devem considerar-se precárias as circunstâncias do exército, que dentro do seu próprio país não encontra recursos suficientes para se abastecer" (Conceição, 1884, p. 17). É ainda abordada a dificuldade que é a compra de cavalos no estrangeiro, atendendo às dificuldades do ponto de vista económico que isso acarreta para o país e que é algo que tem sido considerado por outros países com mais largos recursos que Portugal, que "com facilidade de ocorrerem às despesas d'uma avultada importação cavalar, têm procurado fomentar e desenvolver a sua produção equina, para se libertarem da dependência, em que teriam de colocar-se, se no caso de mobilização do seu exército tivessem de recorrer aos mercados estrangeiros" (Conceição, 1884, pp. 17, 18).

Foram também consultadas diversas obras estrangeiras. A obra *Doctrine and Reform in the British Cavalry 1880 – 1919*, escrita por Stephen Badsey, da Universidade de Wolverhampton, no Reino Unido, em 2008, aborda a forma como a cavalaria foi empregue na 1.^a Guerra Mundial, iniciando a análise com base em batalhas anteriores nas quais se viu que era necessário modificar as técnicas e táticas para fazer face ao aumento do poder de fogo. Outros pontos que o autor analisa são a evolução da doutrina e a sua aplicação na cavalaria, a forma como o exército britânico se adaptou e organizou a sua cavalaria, nomeadamente quanto ao número e tipo de regimentos de cavalaria, para além de abordar a temática da cavalaria montada e das cargas de cavalaria, e de como estas deveriam ser executadas, concluindo que a solução para a cavalaria apareceu com o desenvolvimento de

veículos blindados, mas até esse aparecimento e segundo o autor, a solução doutrinária baseada na cavalaria a cavalo não foi má (Badsey, 2008).

Em apoio à abordagem anterior, mas de uma forma mais acentuada em relação à cavalaria montada, foi publicada em 2011 a obra *Horsemen in No Man's Land: British Cavalry and Trench Warfare 1914-1918* de David Kenyon, na qual o autor defende que a cavalaria montada foi efetiva no combate ao nível tático apesar das condições do campo de batalha, tendo a seu favor a mobilidade e descartando como falsas as afirmações de que não se conseguia mover no campo de batalha devido ao arame farpado e às crateras, rivalizando com os carros de combate que nunca conseguiram atingir uma mobilidade comparável com a dos cavalos (Kenyon, 2011). Abordando a 1.^a Guerra Mundial, o autor conclui que a cavalaria montada esteve presente na Força Expedicionária Britânica, mas devido aos poucos efetivos que possuía, não era possível ser comparada com as outras forças, apesar de quando lhe era oferecida a possibilidade de entrar em combate e com o aumento dos efetivos, tanto a nível de brigada como de regimento, servia efetivamente como uma força de combate (Kenyon, 2011).

A obra *Theirs not to reason why – Horsing the British Army 1875 – 1925*, publicada em 2013, escrita por Graham Winton e inserida numa série de estudos designados *Wolverhampton Military Studies*, sendo esta a segunda publicação dessa série, aborda a remonta do Exército Britânico entre 1875 e 1925, incluindo a utilização de cavalos na Guerra Anglo-Boer de 1899 – 1902 e, posteriormente, na Grande Guerra. O autor aborda em especial a aquisição militar de cavalos em relação à indústria de criação de cavalos domésticos, abordando ainda a aquisição de cavalos no estrangeiro em tempo de guerra e o debate criado sobre a mecanização contra a continuidade da utilização do cavalo.

Acerca da mobilização de solípedes noutros exércitos, consideramos o artigo *Mobilizing Russian Horsepower in 1812*, escrito por Dominic Lieven da *London School of Economics* e publicado no *History – The Journal of the Historical Association* em Abril 2011, que aborda a importância dos cavalos para as guerras na época de Napoleão Bonaparte. O autor considera que para Napoleão, a perda de cavalos na campanha de 1812 foi mais importante que a perda de homens, tal facto diminuiu as suas esperanças de vitória em 1813. Outro ponto que o autor aborda é o caso da mobilização e utilização das capacidades cavaleares da Rússia, referindo ser um estudo crucial, mas pouco estudado sobre o emprego de cavalos nesses anos.

Um outro artigo a que tivemos acesso aborda o emprego de solípedes na Guerra Sul Africana de 1899 a 1902, com o título *Horses in the South African War (1899 – 1902)* de

Sandra Swart, da Universidade de Stellenbosh, na África do Sul, e publicado no número 4 do volume 18 da revista *Society and Animal* em 2010, trata do papel dos cavalos na guerra com base na sua mortalidade, incidindo o seu estudo na Guerra Sul Africana de 1899 – 1902. A autora aborda o impacto que esta guerra teve no meio ambiente e a sua extensão para os animais, atendendo que ambas as forças combatentes tinham tropas montadas. Assim sendo, o estudo procura as razões para as baixas equinas e discute a dimensão cultural da mortalidade equina e como essa enorme perda afetou ambos os lados em conflito.

Relativamente a fontes primárias recorreremos a diversos fundos do Arquivo Histórico Militar, sendo de destacar os quadros orgânicos, os relatórios dos comandantes das unidades mobilizadas, os relatórios do serviço de veterinária e alguns dados estatísticos.

CAPÍTULO 2. METODOLOGIA

2.1. Enquadramento Conceptual

A caracterização do processo de mobilização, a interpretação das orgânicas e a explicação da função e do emprego dos solípedes, exige a definição da terminologia e de alguns conceitos, como “solípede” e “muar” (etc.) para uma melhor compreensão dos termos. O termo solípede é utilizado genericamente para designar cavalos e muares, sendo estes últimos o resultado do cruzamento de um cavalo (macho) com um burro (fêmea), tendo a particularidade de não se reproduzir.

Especificando a utilização de solípedes em funções militares, estes tomam diversas designações consoante a sua utilização, podendo ser:

- Solípede de sela, como um solípede destinado ao transporte de pessoal, a dorso;
- Solípede de tiro, como um solípede destinado à tração de viaturas e materiais;
- Solípede de transporte ao dorso, transportando materiais e cargas diversas (Soares & Adelino).

Para solípedes de sela consideraremos apenas a utilização de cavalos, enquanto que como solípedes de tiro e de transporte ao dorso iremos considerar, essencialmente, muares.

Torna-se ainda necessário definir o conceito de viatura militar como sendo a designação genérica de todo o veículo de rodas, lagarta ou meia-lagarta, utilizado no cumprimento de tarefas de carácter militar integradas tanto em ações táticas como logísticas, podendo classificar-se quanto às funções (de combate e administrativas), ao tipo de tração (automóveis e hipomóveis), ao sistema de locomoção (de rodas, de lagartas e mistas ou de meia-lagarta), à capacidade de deslocamento (de todo-o-terreno e normais), ao tipo de transporte (de transporte de pessoal e de transportes gerais) e à proteção (de uso geral e blindadas) (Soares & Adelino).

Como o nosso estudo aborda as viaturas militares de tração hipomóvel, podemos definir viatura hipomóvel como uma viatura militar destinada ao transporte de armas,

munições, material diverso e equipamento, dotada de rodas e puxada por animais de tração, tais como muares ou cavalos.

2.2. Abordagem Metodológica

A abordagem metodológica seguida tem como referência o método de investigação histórica baseado numa abordagem diacrónica, analisando a evolução da orgânica das unidades mobilizadas e a sua atividade, conjugada com a investigação numa lógica sincrónica, identificando as variáveis atuantes como a falta de recursos, as adaptações à organização britânica e as adaptações que os portugueses realizaram no desenvolvimento da sua missão no Corpo Expedicionário Português (CEP).

Através da análise de conteúdo de fontes primárias manuscritas e impressas e outras fontes textuais e iconográficas, realizámos ainda uma investigação comparativa, considerando a necessidade de enquadrar o caso português no âmbito da organização militar britânica, numa aproximação analítica que permita fazer uma explicação narrativa, capaz de reconstruir a realidade do CEP durante o período em estudo. Neste sentido, propõe-se um modelo teórico de análise assente nas relações conceptuais entre os seguintes parâmetros, considerados necessários para análise do objeto e compreensão da realidade do emprego dos solípedes no CEP, nomeadamente:

- A mobilização dos solípedes em função dos quadros orgânicos das unidades do CEP;
- Os efetivos existentes e o estado de prontidão dos solípedes integrados no CEP;
- A utilização dos solípedes nas atividades do CEP.

Este modelo teórico de análise é baseado nas relações conceptuais entre os seguintes referenciais, nomeadamente, a mobilização, efetivo e emprego dos solípedes no CEP, cujas relações biunívocas em torno do mesmo objeto, permitem criar um modelo teórico de análise que permita a elaboração de um modelo explicativo conceptual, sobre a presença dos solípedes no CEP.

Temos o objetivo de caracterizar a realidade, não apenas através de uma abordagem descritiva, mas também explicativa, considerando a necessidade de se compreender não apenas a forma como os solípedes estavam presentes nas unidades combatentes e de apoio de serviços, mas também as funções que desempenhavam e as condições em que estes foram empregues. São analisadas diversas questões como a ordem de ocorrência, a sequência e os

momentos de mudança, para se apresentar não apenas uma interpretação em termos de causas-consequências, mas também identificar os condicionalismos, as relações e as correlações entre os factos.

Assim, sem deixar de reconhecer a dimensão do objeto em estudo, procuramos fazer uma análise concentrada em determinadas áreas, no domínio da mobilização, orgânica, transporte, efetivo de solípedes presente e o seu estado sanitário, tendo em atenção as questões derivadas (QD) que foram levantadas para auxiliar a resposta à questão central (QC) assim enunciada: “De que forma decorreu a mobilização, como estavam integrados e como foram empregues os solípedes nas forças militares portuguesas na 1ª Guerra Mundial em França?”. Com base nesta questão de partida consideramos as seguintes três questões derivadas:

- QD 1: como evoluiu a presença de solípedes na estrutura orgânica das unidades e formações militares portuguesas, mobilizadas para França durante a 1.ª Guerra Mundial?
- QD 2: como decorreu o processo de mobilização e de transporte dos efetivos de solípedes para as forças militares portuguesas em França?
- QD 3: de que forma eram utilizados os solípedes nas unidades e formações militares portuguesas em França?

2.3. Fontes bibliográficas

O nosso estudo assenta inicialmente em fontes bibliográficas de carácter geral acerca da nossa temática para, numa primeira abordagem compreendermos o contexto em que o nosso estudo se insere a partir de obras publicadas sobre a 1.ª Guerra Mundial, partindo depois para obras que abordam a participação portuguesa no conflito, permitindo-nos assim realizar enquadramentos ao longo do trabalho e complementar as informações recolhidas pelas fontes primárias.

Especificando o estudo nos solípedes e na sua relação com as forças portuguesas, iremos recorrer sobretudo a fontes primárias para o abordar, nomeadamente através do corpo doutrinário utilizado na época, que se encontra definido em regulamentos próprios, e documentos que contenham informação relevante acerca do Corpo Expedicionário Português, sendo estes provenientes do Arquivo Histórico Militar.

CAPÍTULO 3. A PREPARAÇÃO DA MOBILIZAÇÃO DE SOLÍPEDES

Neste capítulo iremos abordar, de uma forma breve, os antecedentes e o que levou ao desenrolar da 1.^a Guerra Mundial e a entrada de Portugal no conflito, para de seguida abordar o processo de mobilização do exército, incidindo o estudo na mobilização do animal, desde a Divisão Auxiliar Portuguesa até à Divisão de Instrução (DI). Para compreender a mobilização dos animais, iremos atender à legislação que se encontrava em vigor, procurando demonstrar as suas particularidades e como esta previa a mobilização dos animais, para posteriormente, analisar a evolução verificada nos quantitativos de solípedes nas diversas alterações orgânicas das unidades.

Desta forma, este capítulo trata da mobilização e da orgânica inicial do CEP, procurando responder à QD 1 – “como evoluiu a presença de solípedes na estrutura orgânica das unidades e formações militares portuguesas, mobilizadas para França durante a 1.^a Guerra Mundial?” e QD 2 – “como decorreu o processo de mobilização e de transporte dos efetivos de solípedes para as forças militares portuguesas em França?”.

3.1. A participação portuguesa no teatro europeu da Primeira Guerra Mundial

A 1.^a Guerra Mundial iniciou-se com a declaração de guerra da Áustria-Hungria à Sérvia em 28 de Julho de 1914² e terminou com a declaração do armistício em 11 de Novembro de 1918³, podendo ser descrita “em termos simples (...) [como um] componente do período longo de conflitos globais do século XX (1914 – 1945)” (Afonso & Gomes, 2010, p. 9).

² A declaração de guerra da Áustria-Hungria à Sérvia deveu-se ao assassinato do herdeiro do trono austro-húngaro, o Arquiduque Francisco Fernando e a sua esposa, no dia 28 de Junho de 1914, por um estudante bósnio aquando da visita do Arquiduque a Sarajevo (Martelo, 2013).

³ O armistício culminou na assinatura do Tratado de Versalhes em França a 28 de Junho de 1919.

Portugal desde o início da Guerra adotou uma postura de não beligerância e de não neutralidade a pedido da Inglaterra, sendo que essa situação apenas se verificava na Europa, dado que em África existiram confrontos com as forças alemãs desde 1914⁴.

A entrada oficial de Portugal na Grande Guerra inicia-se com a declaração de guerra da Alemanha a Portugal a 9 de Março de 1916, sendo que esta se deveu à apreensão dos navios alemães que estavam surtos no estuário do Tejo por destacamentos da Armada portuguesa que substituíram “com honras militares, as bandeiras alemãs por bandeiras portuguesas, enquanto eram disparados, dos navios de guerra ancorados ao largo, vinte e um tiros de salva” (Afonso & Gomes, 2010, p. 247).

Após a declaração de Guerra, o Governo Português retoma os preparativos para a entrada na Guerra, sendo que é a 15 de Julho de 1916 que o Ministro dos Negócios Estrangeiros britânico dirige a Portugal uma nota na qual o governo britânico tem a honra de convidar formalmente o governo português para tomar parte ativa nas operações militares dos aliados, para além de reconhecer a “lealdade de Portugal e assistência que já lhe está dando, cordialmente o convida a uma maior cooperação (...) ao lado dos aliados na Europa que ele se julgue capaz de prestar” (Martins F. , História do Exército Português, 1945, p. 519).

3.2. Os Solípedes no Exército Português

Quando em 1914 são iniciados os preparativos para a formação da Divisão Auxiliar que Portugal pretendia que entrasse na Guerra, estava em vigor o Regulamento para o Serviço Geral da Remonta do Exército de 1902 complementado, no que dizia respeito à remonta, com a lei da Organização Geral do Exército publicada na Ordem do Exército (OE) n.º 11 de 26 de Maio de 1911.

O Regulamento para o Serviço de Remonta Geral do Exército define no artigo 1.º que o serviço de remonta tem como finalidade “prover o exército de gado cavalar e muar, e compreende todas as mais operações relativas a esses solípedes, preceituadas n’este regulamento” (Secretaria de Estado dos Negócios da Guerra, 1902, p. 3) e é o diretor geral dos serviços de cavalaria quem superintende todo o serviço de remonta.

⁴Atendendo às ambições coloniais alemãs, o Governo decide reforçar militarmente Angola e Moçambique, dado as zonas fronteiriças encontrarem-se instáveis, tendo partido uma 1.ª expedição para Angola em Setembro de 1914 e chegado em Outubro, comandada pelo Tenente-Coronel Alves Roçadas, que iria em Dezembro entrar em combate com forças alemãs (Afonso & Gomes, 2010) e uma outra para Moçambique em Setembro de 1914 e chegado a 1 de Novembro de 1914 comandada pelo Tenente-Coronel Massano de Amorim.

É com este regulamento criada a comissão de remonta geral do exército, que juntamente com os conselhos administrativos dos regimentos montados, tem a finalidade de proceder à compra de cavalos, éguas e muares para fornecer aos regimentos de engenharia, artilharia e de cavalaria do exército e demais serviços montados.

A comissão tinha como fundos de remonta previstos no regulamento, os provenientes das verbas inscritas para esse efeito no orçamento do ministério da guerra e das sobras no ano anterior previstas para o mesmo efeito, de descontos realizados nos vencimentos dos oficiais como custo de solípedes que lhes tenham sido entregues, das importâncias que se receberem por motivo de liquidação dos solípedes de praças de oficiais, das indenizações que se receberem de outros ministérios por cedência de solípedes, do produto de todas as vendas de solípedes do exército, incluindo os solípedes incapazes para o serviço, os mortos e os que se mandarem abater, das importâncias das sobras de rações de forragens, do produto da venda dos estrumes do exército e das restituições de importâncias de solípedes que tenham que ser feitas pelos vendedores.

A compra de solípedes pela comissão de remonta, sendo desta toda a responsabilidade pelas compras por si realizadas, encontra-se prevista nos mercados especiais e gerais, sendo constituídas duas épocas: a primeira de 29 de Agosto a 12 de Abril do ano seguinte e a segunda de 8 de Maio ao fim de Junho. Pode ainda a compra de solípedes ser feita em exposições pecuárias, concursos hípicas ou onde existir reunião de gado cavalar e muar, sendo exemplo a tabela apresentada no Anexo A – Tabela dos Mercados especiais e gerais prevista no Regulamento para o Serviço de Remonta Geral do Exército de 1902. A comissão pode comprar solípedes de qualquer precedência desde que os mesmos possuam as condições exigidas, com a exceção dos mercados especiais, nos quais os solípedes, para além das condições exigidas, têm de ser criados em Portugal e apresentados à comissão pelos seus criadores ou produtores⁵.

Por forma a que os produtores e criadores possam preparar os solípedes que queiram vender, o regulamento determina que a comissão deve anunciar no Diário do Governo e em três dos jornais mais lidos nos centros de produção e de criação de gado cavalar qual o número de cavalos, éguas e muares que a comissão pretende adquirir durante esse ano

⁵ O regulamento considera como produtores os indivíduos que possuírem éguas com as qualidades necessárias para produzirem solípedes apropriados para o exército, enquanto que criadores são os indivíduos que durante mais de um ano, antes da apresentação dos solípedes, os tiverem possuído e tratado, podendo provir de raças nacionais ou estrangeiras. A qualidade de produtor ou de criador prova-se por atestado passado pelo administrador ou pelo presidente da câmara do conselho a que pertencer o apresentante, sendo também indicado nesse atestado o ferro usado para marcar os seus solípedes.

económico, quais as feiras e mercados em que a comissão fará essa aquisição e quais as doenças⁶ que dão direito à devolução dos solípedes aos vendedores.

O regulamento contempla as condições dos solípedes para o exército, sendo que, de uma forma geral, estes necessitam de apresentar uma boa condição física e a ausência de qualquer doença ou lesão que os possam impossibilitar para o serviço, para além de terem que satisfazer as condições de altura mínima atendendo à idade que apresentem, dado que os solípedes serão destinados consoante a idade que possuam, sendo que, para a primeira época, poldros com dois anos e meio serão destinados à recreação nos potris, os de três anos e meio para o depósito de remonta, quatro e meio a seis anos e meio para os regimentos e unidades montados; para a segunda época serão, respetivamente, dois anos os primeiros, três os segundos e quatro a seis os terceiros.

O regulamento define que os solípedes adquiridos por esta comissão são classificados segundo as suas qualidades aparentes, relacionando a idade com a altura que possuem, sendo destinados conforme é apresentado no quadro seguinte.

Quadro 1 Classificação dos solípedes adquiridos pela comissão de remonta

Grupo	Destinatários segundo a classificação
1.º	Oficiais gerais; Oficiais superiores, capitães e subalternos do serviço de estado maior e da arma de cavalaria; Oficiais de artilharia a cavalo.
2.º	Oficiais de artilharia montada; Oficiais de engenharia; oficiais de artilharia; Oficiais dos serviços auxiliares do exército, junto dos corpos montados; Oficiais de infantaria; oficiais dos serviços auxiliares.
3.º	Fileira da escola prática de cavalaria; Fileira dos regimentos de lanceiros; Fileira dos regimentos de caçadores a cavalo; Fileira de artilharia a cavalo.
4.º	Fileira dos regimentos de artilharia montada; Fileira das tropas de engenharia; Fileira dos serviços auxiliares do exército.
5.º	Depósito de remonta.
6.º	Pótris.

Fonte: Capítulo VII do Regulamento do Serviço de Remonta Geral do Exército de 1902

⁶ O regulamento define como doenças: *ophthalmina* intermitente, epilepsia; doenças crónicas dos pulmões e das pleuras, imobilidade, sibilos crónicos da respiração, birra, hérnias inguinais intermitentes, mormo, lamparões, manqueiras ou coxearas intermitentes e manhas que tornem o solípede impróprio para o serviço militar.

A nova Organização Geral do Exército publicada na Ordem do Exército n.º 11 de 26 de Maio de 1911 vem reestruturar o exército e, consequentemente, o serviço de remonta.

Segundo a referida organização, o território continental da República é dividido em oito circunscrições de divisão e cada circunscrição em quatro distritos de recrutamento, enquanto que o território das ilhas adjacentes é dividido em dois comandos militares: o dos Açores, que compreende dois distritos de recrutamento; e o da Madeira, que constitui um só. Os distritos de recrutamento poderão subdividir-se em distritos de mobilização, de um ou de dois batalhões, sempre que a distribuição da população assim o aconselhe.

Pelo artigo 108º, fica a arma de cavalaria responsável pelos serviços de remonta, o serviço de recenseamento de animais e veículos e a escola de equitação, ficando os serviços de remonta, pelo artigo 112º a cargo:

- de uma comissão técnica de remonta;
- de uma coudelaria militar;
- dos depósitos de remonta.

À comissão técnica de remonta compete superintender em todos os assuntos relativos à produção, recreação e remonta de solípedes do exército. Está diretamente subordinada ao quartel-mestre general do exército, em tudo quanto diga respeito ou se relacione com a preparação da guerra, e ao ministro da guerra em todos os outros assuntos e a coudelaria militar e os depósitos de remonta dependem tecnicamente da comissão técnica de remonta, e a sua constituição e funcionamento serão fixados em diploma especial.

Relativamente ao serviço de recenseamento de animais e veículos, este compreende o recenseamento anual de todos os solípedes e veículos existentes em cada conselho e distrito de recrutamento e a requisição dos solípedes e veículos em caso de mobilização.

O serviço de recenseamento de animais e veículos, no continente, funciona junto dos quartéis-generais de divisão, e está a cargo de um oficial superior e de um capitão em cada circunscrição divisionária, enquanto que nas ilhas adjacentes compete aos comandantes dos distritos de recrutamento.

O serviço de remonta, na parte que compete ao serviço veterinário militar, compreende:

- o serviço nas coudelarias militares;
- o serviço nos depósitos de remonta;
- o serviço na comissão técnica de remonta.

As coudelarias militares funcionaram em Mafra e em Alter do Chão, sendo que a Coudelaria de Mafra, “que completava as Reais Manadas de Alter do Chão, é instalada em Mafra, fazendo uso das cavaliças reais já existentes nos mapas da Vila no Séc. XVIII e da Tapada Real, adjacente ao Palácio-Convento” (Centro Militar de Educação Física e Desportos, 2012, p. 8), entre 1840 e 1851. Em 1908 é instalado em Mafra o Depósito de Remonta do Exército e a 19 de Agosto de 1911, através da Ordem do Exército n.º18 é decretado que seja posto em execução o regulamento de remonta através do qual foi criado o Depósito de Remonta e Garanhões em Mafra, que fica a utilizar os terrenos e as instalações das Tapadas do Convento de Mafra (Centro Militar de Educação Física e Desportos, 2012).

Relativamente à Coudelaria de Alter do Chão, sabemos que após a proclamação do regime republicano e o arresto dos bens da coroa, a Coudelaria foi integrada no ministério da guerra, ficando desta forma na dependência da comissão técnica de remonta e com a designação de Coudelaria Militar de Alter do Chão, sendo de realçar que durante esse período foi notável a planificação e a racionalização da exploração agrícola da Coutada do Arneiro.

A Coudelaria Militar de Alter do Chão fica desta forma com “o objetivo de fornecer ao Depósito de Garanhões de Mafra, na altura criado, os reprodutores considerados mais adequados ao melhoramento da produção” (Centro Militar de Educação Física e Desportos, 2012).

Os depósitos de remonta destinavam-se à recreação e desbaste dos poldros de 2 e 4 anos comprados aos produtores de cavalos para o exército e como tais registados, devendo existir pelo menos dois depósitos de remonta e anexos a eles os depósitos de garanhões, ficando o Depósito de Remonta e Garanhões organizado, de forma a manter como órgão de remonta, dois potris: um para os poldros dos dois aos três anos e meio, adquiridos pela Comissão de Remonta, e outro para os poldros dos três anos e meio aos quatro anos e meio (Centro Militar de Educação Física e Desportos, 2012).

3.3. A Divisão Auxiliar de 1914

Segundo Luís Alves de Fraga a reforma do Exército que referimos anteriormente, em Maio de 1911, só começou a ser colocada em prática nos meses seguintes, já que só em Setembro houve a primeira escola de repetição⁷, prevista na lei. Desta forma, quando o

⁷ Em 26 de Maio de 1911, conforme já foi referido anteriormente, foi adotada uma nova organização do Exército Metropolitano baseada no sistema miliciano do exército suíço, no qual se caracterizava por uma redução ao mínimo da permanência, nas fileiras, dos recrutas alistados em cada ano, sendo estes depois chamados, em

conflito se iniciou na Europa, os quadros e os efetivos do Exército apenas tinham tido três curtos períodos de duas semanas de treino complementar, e foi assim com “a organização de três anos antes que o Exército se confrontou com as primeiras necessidades de mobilização que a guerra impunha” (Afonso & Gomes, 2010, p. 96).

Relativamente ao recrutamento e à mobilização, estas faziam-se dentro da respetiva circunscrição de divisão ou comando militar, cabendo a cada unidade suprir as faltas em soldados ou graduados, mesmo que os contingentes mobilizados se destinassem a servir fora da sua respetiva área geográfica (Afonso & Gomes, 2010).

A Divisão Auxiliar, que também ficaria conhecida como Divisão Pereira d'Eça, nasceu por iniciativa do Ministro da Guerra, o General Pereira de Eça, defensor da participação de Portugal na frente europeia, para ter peso na balança da liquidação final da guerra (Martins F. , Portugal na Grande Guerra, 1934). É desta forma que nasce a Divisão Auxiliar à França, sendo constituída pelos elementos mobilizados das 1.^a e 7.^a Divisões do Exército e todos os elementos que fossem necessários para a complementar, tendo por comandante o General Jaime de Castro, ao tempo comandante da 7.^a Divisão do Exército, e como chefe do Estado Maior, o Major Roberto Batista. Esta divisão deveria assim preparar-se para partir para combater na frente ocidental da guerra na Europa ao lado dos aliados (Martins F. , Portugal na Grande Guerra, 1934).

O exército encontrava-se numa situação muito complicada, devido ao modelo de serviço militar que a república procurou introduzir com a reforma do exército de 1911, nomeadamente o reduzido período nas fileiras dos soldados do serviço militar obrigatório (apenas quatro a oito meses) e da sua reduzida preparação (Sousa, 2016).

Relativamente aos veículos utilizados pelo exército, até à entrada de Portugal na 1.^a Guerra Mundial, o uso de veículos com motor de explosão interna era praticamente desconhecido, utilizando-se quase exclusivamente o animal como meio de locomoção, sendo preferencialmente do tipo muar.

Assim, as viaturas hipomóveis que equipavam o exército eram usadas nos trens de infantaria, artilharia e cavalaria. Nestes trens estavam incluídos carros de munições para a infantaria, para as metralhadoras e para a artilharia, carros de ferramenta para batalhão e esquadrão, carros sanitários regimentais, carros ligeiros de transporte de feridos, para além

anos sucessivos, para “períodos de instrução muito curtos – escolas de repetição - , destinados a recordar e atualizar os conhecimentos militares adquiridos nas escolas de recrutas e a criar e manter no cidadão-soldado o espírito militar indispensável como garantia do seu valor na guerra” (Martins F. , Portugal na Grande Guerra, pp. 101, 102).

dos carros da carne, de companhia e de esquadrão. Também equipavam o exército outros tipos de carros destinados a outras funções de carácter mais administrativo, “desde transporte de lanchas, de secretaria, de bagagens e padaria, carros de transporte de tendas de hospital, furgões de farmácia e cirurgia e de transporte de camas” (Afonso & Gomes, 2010, p. 97).

Quanto ao número de solípedes que poderiam entrar em campanha e equipar a Divisão Auxiliar, tivemos acesso a um documento que é enviado, em 27 de Outubro de 1914, ao Chefe do Estado Maior do Exército, que contém o trabalho elaborado “pela comissão nomeada para verificar quais os cavalos e muares que estavam em condições de entrar em campanha”⁸ sendo o resultado descrito no quadro seguinte – resumo por unidades dos cavalos e muares aptos para entrar em campanha e dos incapazes para o mesmo.

Quadro 2 Resumo por unidades dos cavalos e muares aptos para entrar em campanha e dos incapazes para o mesmo

Unidades	Cavalos		Muares	
	Aptos	Incapazes	Aptos	Incapazes
Artilharia n.º 1	59	16	246	18
Artilharia n.º 2	53	20	178	29
Artilharia n.º 3	46	13	77	12
Artilharia n.º 4	27	8	104	30
Artilharia n.º 5	31	11	154	47
Artilharia n.º 6	36	12	140	58
Artilharia n.º 7	23	16	125	22
Artilharia n.º 8	37	11	62	17
Baterias a cavalo	73	22	94	13
Grupo Montanha – Portalegre	3	3	35	1
Grupo Montanha – Évora	3	-	36	-
Escola de Tiro da Artilharia	33	6	179	5
Escola de Equitação	114	113	9	-
Cavalaria n.º 1	104	37	-	-
Cavalaria n.º 2	135	87	-	2
Cavalaria n.º 3	61	52	-	-

⁸ AHM 1/35/1305/1

Cavalaria n.º 4	123	60	-	-
Cavalaria n.º 5	121	39	-	-
Cavalaria n.º 6	111	56	-	-
Cavalaria n.º 7	19	27	-	-
Cavalaria n.º 8	65	88	-	-
Cavalaria n.º 9	44	32	-	-
Cavalaria n.º 10	64	45	-	-
Cavalaria n.º 11	70	24	-	-
Soma	1455	798	1439	254

Fonte: AHM 1/35/1305/1

Da análise do Quadro 2 – Resumo por unidades dos cavalos e muares aptos para entrar em campanha e dos incapazes para o mesmo, sabemos que existiam 1455 cavalos aptos e 1439 muares aptos, num total de 2894 solípedes nas unidades aptos a entrar em campanha em finais de 1914.

No Apêndice A – Organização e Efetivo da Divisão Auxiliar Portuguesa quanto a solípedes, publicado na OE n.º 29 de 7 de Dezembro de 1914, encontra-se o quadro orgânico da Divisão Auxiliar que refere a existência orgânica de um total de 7211 solípedes, dos quais 2270 solípedes de sela, 4798 de solípedes tiro e 143 solípedes de transporte a dorso.

Para compararmos os números de cavalos e muares do Quadro n.º 2 com o quadro constante no Apêndice A, consideraremos cavalos como solípedes de sela e muares como solípedes de tiro e de transporte a dorso.

Analisando e comparando os valores dos dois quadros, sabemos que dos 2270 cavalos necessários à orgânica da divisão, apenas existiam nas unidades 1455 cavalos, ficando deficitados em 815 cavalos; em relação aos muares, eram necessários 4941 muares e existiam nas unidades 1439, ficando a faltar 3502 muares para completo da orgânica. Quanto aos valores totais, dos 7211 solípedes necessários, apenas 2894 estavam nas unidades aptos a entrar em campanha, existindo uma diferença de 4317 solípedes que teriam que ser requisitados para mobilização da Divisão Auxiliar.

3.4. A Divisão de Instrução de 1916

Depois do golpe de maio de 1915, com um novo governo defensor da participação de Portugal na guerra, foi retomado o processo de levantamento de uma Divisão a enviar para a guerra. Foi neste contexto que o Governo resolveu mobilizar e concentrar uma Divisão, para instrução no campo de Tancos (Martins F. , Portugal na Grande Guerra, 1934). No final do ano de 1915, iniciaram-se os trabalhos de levantamento da DI, a mobilizar e a concentrar em Tancos entre Abril e Julho de 1916 (primeira fase de mobilização), através do ministro da guerra, o General Norton de Matos. A estrutura orgânica da Divisão de Instrução (DI) era, inicialmente, muito semelhante à Divisão Auxiliar de 1914, alterando a responsabilidade da mobilização, deixando de pertencer às 1.^a e 7.^a Divisões, para vir a ser formada basicamente por unidades da 2.^a Divisão (Viseu), da 5.^a Divisão (Coimbra) e da 7.^a Divisão (Tomar) (Telo & Sousa, 2016). Numa segunda fase, de Setembro a Novembro, a organização da DI fica “ajustada ao modelo britânico, tendo sido mobilizada mais uma Brigada de Infantaria e as correspondentes unidades de artilharia e serviços” (Telo & Sousa, 2016, p. 159)

Todo este processo de mobilização e instrução da DI ficou batizado, pelo General Norton de Matos para servir de propaganda, como o milagre de Tancos, por “ter-se reunido em Tancos cerca de 20 mil militares sem uma amotinação geral ou um movimento para derrubar o Governo” (Telo & Sousa, 2016, p. 172).

Para comandar a DI foi nomeado o General Fernando Tamagnini de Abreu e Silva, proveniente da arma de cavalaria e que apresentava uma sólida carreira, mantendo-se como chefe de Estado Maior, o Major Roberto Batista. A instrução da Divisão ficou concluída a 22 de Julho, após três meses no campo, com uma parada militar em Montalvo, na qual 17 mil homens, armados e equipados, prestaram continência ao Presidente da República e ao Corpo Diplomático que se encontravam a assistir (Telo & Sousa, 2016).

Conforme podemos observar no Apêndice B – Organização e Efetivo da Divisão de Instrução, esta contempla em quadro orgânico cerca de 6683 solípedes, sendo este um número inferior ao que apresentado pela Divisão Auxiliar, devendo-se ao facto de a DI possuir menos três baterias de metralhadoras e não ter depósitos de pessoal face à Divisão Auxiliar.

3.4.1. Regulamento de Mobilização de 1915

O decreto do governo que aprova e manda colocar em prática a terceira parte do Regulamento de Mobilização de 1915 é datado de 18 de Dezembro de 1915 e publicado na Ordem do Exército n.º 1 de 3 de Janeiro de 1916, no qual se justifica a necessidade de “modificar as disposições do regulamento de mobilização do exército de campanha, aprovado por decreto de 27 de Junho de 1906, por forma a satisfazer à atual organização do exército metropolitano de 25 de Maio de 1911” (Coleção das Ordens do Exército (1.ª Série) do ano de 1916, 1917, p. 1). Desta forma, a terceira parte do Regulamento de Mobilização do Exército de 1915 estabelece as medidas necessárias para se efetuar, com método e rapidez, a mobilização ordinária e extraordinária, sendo que a mobilização ordinária é a exigida pelas escolas de repetição e a mobilização extraordinária determinada pelo poder legislativo ou pelo governo face à exigência de circunstâncias extraordinárias.

Relativamente à mobilização de solípedes, o Capítulo III – Preparação da Mobilização do Animal refere que a mobilização de animais proceder-se-á:

- Nas repartições de recenseamento de animais e veículos e nos distritos de recrutamento das ilhas adjacentes;
- Nas unidades;
- Nos quartéis gerais de divisão, quartel general da Brigada de Cavalaria, comandos militares das ilhas adjacentes, Governo do Campo Entrincheirado e Inspeção do Serviço Militar dos Caminhos de Ferro;
- Preparação da mobilização dos solípedes das formações.

No regulamento são apresentadas dez classes a considerar na inscrição dos solípedes, com base na sua altura e ao serviço a que se destinam, diferente do que estava previsto anteriormente, possuindo a ressalva de que o solípede que, embora com a altura correspondente a uma classe, não reúna as restantes condições para ser incluído nessa classe, será inscrito naquela para que as suas aptidões o indiquem.

No quadro seguinte são expostas as classes a considerar na inscrição dos solípedes.

Quadro 3 Classes a considerar na inscrição dos solípedes

Classe	Características
1. ^a	cavalos ou éguas, com altura mínima 1, 50 m, que possam ser destinadas a montadas de oficiais gerais, oficiais do serviço do estado maior, oficiais de cavalaria e de artilharia a cavalo
2. ^a	cavalos ou éguas, com altura mínima de 1, 47 m, que possam ser destinados a montadas dos oficiais de engenharia, artilharia, infantaria e serviços que tenham de acompanhar tropas montadas, e à fileira das unidades de cavalaria
3. ^a	cavalos ou éguas, com altura mínima de 1, 43 m, que possam ser destinados a montadas dos oficiais dos serviços do Exército e à fileira ou serviço das unidades de engenharia, artilharia, infantaria, formações sanitárias ou administrativas e todas as de segunda linha
4. ^a	cavalos ou éguas, com altura mínima de 1, 35 m impróprios para sela mas próprios para tiro
5. ^a	muares, com a altura mínima de 1, 50 m, que possam ser destinadas a troncos das viaturas de artilharia e de pontoneiros
6. ^a	muares, com a altura mínima de 1, 47 m, que possam ser destinadas a sotas das viaturas de artilharia e de pontoneiros ou a troncos das restantes viaturas militares
7. ^a	muares, com a altura mínima de 1,40 m, que possam ser destinadas a sotas das viaturas dos diversos serviços
8. ^a	cavalos, éguas e muares, com a altura mínima de 1, 30 m, impróprios para sela e tiro mas servindo para carregar a dorso
9. ^a	incapazes temporariamente: os cavalos, éguas e muares, com menos de 1, 30 m de altura, quando se presume que podem ainda atingir aquela altura; os cavalos, éguas e muares com menos de cinco anos de idade; os solípedes que, por doença ou qualquer causa transitória, não sejam aptos, na ocasião, para o serviço militar
10. ^a	incapazes definitivamente do serviço militar

Fonte: Art.º 61 – 1.º do Regulamento de Mobilização de 1915 da Ordem do Exército n.º 1 de 1916

É apresentada neste regulamento, a relação dos solípedes que não podem ser requisitados no ato da mobilização, nomeadamente:

- Os solípedes não incluídos no recenseamento por determinação expressa da lei;
- As éguas apoldradas ou nos últimos períodos da prenhez;
- Os solípedes que pertençam a serviços públicos ou aos funcionários do Estado obrigados a tê-los para desempenho de serviço público;
- Os solípedes que pertençam a particulares, mas que estejam empregados em serviços públicos por contrato com o Estado ou com as municipalidades;
- Consideram-se ainda como adidos os solípedes que na última inspeção anual tenham sido classificados como incapazes temporariamente.

As restantes disposições apresentadas no regulamento são disposições administrativas relativamente à produção dos documentos necessários para a organização da mobilização, nomeadamente os mapas dos solípedes recenseados em cada distrito de recrutamento, mapas dos itinerários dos deslocamentos de solípedes e respetivos locais de reunião, alojamentos e alimentação, mapas dos solípedes existentes nas unidades e o mapa do efetivo mobilizável, em solípedes, das diversas unidades e formações.

3.4.2. Situação dos Solípedes aquando da sua mobilização

Em Abril de 1916 é elaborado o “Relatório sobre o estado mobilizável do 1.º Escalão do Exército Metropolitano”⁹ que aborda toda a mobilização de pessoal, animal e material, sendo um relatório que permite compreender o estado de mobilização em que se encontrava o exército aquando da primeira fase da mobilização da DI.

A mobilização do exército está caracterizada pela impossibilidade de cada circunscrição militar fornecer à sua grande unidade todos os efetivos necessários, situação que mais se agravava no que respeita à mobilização do animal e material.

O relatório “expõe a extraordinária desigualdade da distribuição dos solípedes de requisição que se acumulam na parte Sul do país”, nomeadamente no Ribatejo e Alentejo, que como veremos à frente correspondem predominantemente às regiões que fazem parte das 7.ª (Tomar), 1.ª (Lisboa) e 4.ª (Évora) circunscrições. Finalmente a manifesta insuficiência da rede ferroviária demonstra que grande parte dos solípedes necessários para completar as diferentes unidades, deverão ser enviados diretamente para as regiões onde se fará a concentração das grandes unidades, ou seja, a mobilização do exército efetuar-se-á ao mesmo tempo que a concentração.

⁹ AHM 1/35/1256/2

Atendendo aos dados fornecidos pelas repartições de recenseamento de animais, foi elaborado um mapa dos solípedes de requisição existentes na área das oito circunscrições, mas é referido no relatório que, por diversas circunstâncias, como a “grande quantidade de gado adquirido pelo país vizinho, o fornecido aos países aliados, e ainda o comprado pela comissão de remonta para aumentar a dotação em solípedes do exército”, os dados não possam ser considerados exatos.

Uma das conclusões apresentadas no relatório refere que a totalidade das sete primeiras classes de gado de requisição do continente, com o existente nas unidades e formações, não é suficiente para a mobilização das oito divisões ativas e da brigada de cavalaria, havendo pelo contrário, um grande excesso de solípedes de 8.^a classe.

Outra conclusão apresentada no relatório expõe o facto de, para a mobilização do exército se tornar possível, ser necessário introduzir alterações na composição das diversas unidades e formações, nomeadamente, reduzir o número de esquadrões de cada regimento de cavalaria divisionária; empregar o gado bovino na tração das viaturas das formações administrativas, dado ser este o que existe em abundância no país; não podendo aplicar o regulamento de mobilização no que respeita às classes de solípedes a atribuir às diferentes unidades e formações, deverão preencher-se as faltas de solípedes em certas classes com as sobras de outras, mas atendendo sempre ao serviço a que se destinam, como por exemplo, havendo uma maior proporção de cavalos de 1.^a classe devem eles, de preferência, ser destinados à fileira das unidades de cavalaria, em substituição dos solípedes de 2.^a classe, sendo medida idêntica aplicada à artilharia, cujas unidades deverão receber uma maior quantidade de solípedes de 5.^a classe, por serem estes em muito maior número, que os de 6.^a classe, e para poder ser compensada a falta de cavalos das 3 primeiras classes, ter-se-á de aproveitar os solípedes de 8.^a classe, não só para transporte de carga a dorso, como ainda para montadas do pessoal, que deles necessite, apenas, como meio de transporte.

Relativamente à desigualdade na distribuição de solípedes no país, sabemos que estes predominam na 7.^a (Tomar), 1.^a (Lisboa) e 4.^a (Évora) circunscrições, onde a totalidade dos requisitantes das sete primeiras classes atinge respetivamente os números: 5576, 10083 e 15749. Somando as mesmas classes nas restantes circunscrições (2.^a, 3.^a, 5.^a, 6.^a e 8.^a), obtemos 8314 solípedes, e comparando com os valores acima referidos, compreendemos que esse valor corresponde a pouco mais que o apresentado pela 7.^a circunscrição (Tomar) isolada, muito menor do que o da 1.^a circunscrição e metade do valor da 4.^a circunscrição (Évora).

Se analisarmos as classes correspondentes ao gado muar, nomeadamente, 5.^a, 6.^a e 7.^a classes, podemos ver que a desigualdade quanto à distribuição é ainda mais acentuada. Assim, enquanto o gado das referidas classes, atinge só na 4.^a circunscrição (Évora) um total de 12283 muares, encontrando-se 5090 muares na 5.^a classe, 2150 muares na 6.^a classe e 5043 muares na 7.^a classe; o somatório deste gado nas restantes 7 circunscrições é de apenas 9631 muares, nomeadamente 3649 muares na 5.^a classe, 1654 muares na 6.^a classe e 4328 muares na 7.^a classe. Desta forma, a 4.^a circunscrição, só por si, tem mais 2652 muares do que as restantes 7 circunscrições. No quadro seguinte é apresentado o mapa, com a distribuição por classes, dos solípedes de requisição existentes na área das 8 circunscrições do Exército.

Quadro 4 Mapa, com a distribuição por classes, dos solípedes de requisição existentes na área das 8 circunscrições do Exército de 21 de Abril de 1916

Circunscrições	Classes								
	1. ^a	2. ^a	3. ^a	4. ^a	5. ^a	6. ^a	7. ^a	8. ^a	
1. Lisboa	1118	693	1038	2668	1887	955	1724	1367	11450
2. Viseu	79	159	609	447	32	32	223	2454	4035
3. Porto	130	223	253	519	132	23	24	417	1721
4. Évora	704	1612	595	555	5090	2150	5043	5781	21530
5. Coimbra	226	135	385	877	93	44	251	1183	3194
6. Vila Real	201	455	496	265	45	43	129	2814	4448
7. Tomar	230	415	565	451	1423	553	1939	1678	7254
8. Braga	275	74	183	1163	37	4	38	1283	3.057
	2963	3776	4124	6945	8739	3804	9371	16977	Soma
	56689								Total

Fonte: AHM 1/35/1256/2

Com base nas considerações apresentadas, para completar os efetivos de mobilização das 8 divisões e da brigada de cavalaria, será necessário recorrer aos solípedes da 1.^a, 4.^a e 7.^a circunscrições e, como sugestão apresentada no relatório, atendendo às dificuldades de mobilização do animal, esta deverá ser centralizada no Estado Maior do Exército, para desta forma, com base nos elementos recolhidos pelas repartições de recenseamento e face às exigências das unidades e formações, ser possível realizar um distribuição equitativa dos solípedes “tornando-se menos precária a situação das divisões, em cuja circunscrição mais escassos sejam os recursos em solípedes”.

É ainda referido que poderá acontecer que as unidades e formações não poderão utilizar para a sua mobilização o gado existente nos locais mais próximos dos seus respetivos centros de mobilização, em “proveito das unidades doutras divisões, que dele careçam e que não tenham outra forma de poder obter a tempo”.

Assim, a desigual distribuição dos solípedes no continente, a melhor utilização da rede ferroviária e a simplificação de itinerários por via ordinária, poderá levar a alterações na mobilização, mas será uma forma de “obter um melhor rendimento médio na execução da mobilização do conjunto das 8 divisões”.

Relativamente à forma como se deverá proceder a mobilização, o relatório refere que essa será conforme o que vem determinado no regulamento, ou seja, os animais sobre quem recai a requisição “são acompanhados pelos proprietários até aos locais de reunião fixados nos editais convocatórios. Aí funcionam, a partir do 2.º dia de mobilização, as comissões de requisição e os destacamentos de receção”. Seguidamente, os animais requisitados são expedidos por estes destacamentos, por via férrea e por via ordinária, sobre os centros de mobilização do animal. Por forma a simplificar o processo e evitar o desgaste e longos períodos de marcha, é sugerido que sejam constituídos dois centros de mobilização do animal, sendo “um deles com o respetivo centro de mobilização do pessoal para o animal, que pode fornecer a circunscrição e o outro dentro da zona de circunscrição indicado no projeto de operações”. É ainda referido que, face à deficiência de recursos da Companhia de Caminhos de Ferro do Sul e Sudeste, os solípedes do Alentejo terão de seguir por via ordinária, em grandes manadas, e tal como os que possam ser transportados por via férrea, deverão ser dirigidos sobre Vendas Novas, Setil, Santarém e Abrantes.

Os centros de mobilização do animal serão os apresentados no quadro seguinte.

Quadro 5 Centros de mobilização do animal e locais pertencentes à respetiva circunscrição

Circunscrição	Locais pertencentes à circunscrição
1. ^a	Lisboa, Coruche e Vendas Novas
2. ^a	Viseu, Nelas, Lamego, Guarda, Mangualde, Torres Novas, Entroncamento e Santarém
3. ^a	Porto, Penafiel, Leiria, Alcobaça e Caldas da Rainha
4. ^a	Évora, Estremoz, Vendas Novas, Coruche, Beja, Portimão e Tavira
5. ^a	Coimbra, Aveiro, Águeda, Figueira da Foz e Alcobaça

6. ^a	Vila Real, Mirandela, Chaves, Alijó, Macedo de Cavaleiros, Amarante e Tomar
7. ^a	Tomar, Leiria, Castelo Branco, Portalegre, Abrantes, Elvas, Torres Novas, Tancos e Santarém
8. ^a	Braga, Viana do Castelo, Valença, Guimarães, Porto, Golegã, Entroncamento, Santarém e Tancos

Fonte: AHM 1/35/1256/2

3.4.3. Instalação da Divisão de Instrução em Tancos

Com base no documento “Instruções a observar pelas unidades e formações desde a saída dos seus quartéis permanentes até à sua instrução no “Campo de Instrução” em Tancos”¹⁰ sabemos que durante o período de marcha desde as unidades até ao campo de instrução, a ração de forragens a abonar por cada solípede seria a normal.

Dadas as condições que existiam em Tancos, “o acampamento das unidades (...) deu origem à célebre cidade de “paulona, assim batizada pelos militares por causa das barracas de pau e de lona, alinhadas naquele gigantesco bivaque de 68 hectares” (Telo & Sousa, 2016, p. 157).

Relativamente às instalações do gado e do material no acampamento da DI, encontramos-las descritas no “Relatório de 26 de Julho de 1916 da Comissão Técnica da Arma de Infantaria da visita ao Campo de Instrução de Tancos nos dias 22, 24 e 25 de Julho”¹¹, que refere que as instalações eram constituídas em cada batalhão por dois abrigos de madeira de pinho da terra, um para o gado e outro para o material, em que estava o primeiro à retaguarda da ala direita do batalhão e o segundo à retaguarda da ala esquerda. As instalações eram constituídas por paredes e cobertura de tábuas fixadas a esqueleto de barrotes, sendo as tábuas, quer das paredes quer da cobertura dispostas sobrepondo-se bordo por bordo, à maneira pela qual na construção de barcos se diz “tábua trincada”. Estes abrigos só tinham uma parede longitudinal e as duas de topo, ficando de todo abertas naturalmente pela banda longitudinal olhando para o batalhão.

O abastecimento de água para o gado é descrito no “relatório de uma visita feita ao acampamento da DI em Tancos em 12 e 13 de Junho de 1916”¹² por elementos da Carreira

¹⁰ AHM 1/35/1251/9

¹¹ AHM 1/35/1251/9

¹² AHM 1/35/1251/9

de Tiro da Guarnição de Lisboa, sendo que, a par das nascentes do Seival que abastecem a água para as tropas beberem, são outras nascentes e poços que abastecem os carros de água e bebedouros para o gado nas pequenas unidades e formações, nomeadamente o gado da artilharia bebe no Tejo e o da cavalaria no Zêzere, unidades estas que, em consequência da sua situação no acampamento, só podem ser abastecidas de água por meio dos carros.

O mau estado da DI em pessoal e material existente em Tancos é referenciada num relatório¹³ elaborado pelo Chefe do Serviço de Veterinária (SV) do CEP, o Tenente-Coronel António Augusto Barradas, em 3 de Setembro de 1916. Referindo-se ao serviço siderotécnico, este tinha em falta ferraduras que deveriam acompanhar as unidades e a presença de grandes números de praças que, desprovidas de ferramentas, não podiam exercer a sua função.

3.4.4. Estado dos Solípedes em Tancos

No dia 22 de maio de 1916 é enviado ao ministério da guerra pelo comandante da DI o relatório de 21 de maio de 1916 da inspeção que fez à instrução das unidades que fazem parte da divisão¹⁴, referindo “que em todas elas estão incompletos os quadros (...) faltando-lhes (...) receber animal e material para a sua completa mobilização”. Referindo-se a cada uma das unidades sobre a instrução e o aspeto militar, refere que encontrou diferenças na instrução do grupo de artilharia 7, apesar da falta de material e animal existente, à qual se juntou a dermatose que afetou os solípedes, mas que à data se encontrava quase extinta. Referindo-se ao esquadrão de cavalaria 7, aquartelado em Castelo Branco, relata que este progredia a pé, pois não existia um único cavalo de fileira que pudesse ser empregado na instrução de equitação, não acreditando que, se fossem fornecidos cavalos àquela data, fosse ainda possível garantir a instrução a tempo de participarem nos exercícios da DI.

Nas palavras do comandante da DI, e relativo aos solípedes, causava “dó ver o estado lastimoso, em que se [encontravam], em geral feridos de se coçarem uns aos outros e encontro às manjedouras, e dos coices e pernadas que se dão mutuamente excitados pelo efeito do mal”. Um dos motivos para o grande número de ferimentos, em geral de difícil e prolongado tratamento, que os solípedes apresentavam era a não existência de baias. Quanto à escola de equitação, é relatado que a dermatose que também a atingiu foi tratada convenientemente, tendo praticamente desaparecido, assim como na artilharia 7 e 8, com

¹³ AHM 3/5/4/22/209

¹⁴ AHM 1/35/1294/4

exceção da já referida na cavalaria 7, na qual “a epidemia de solípedes chegou a um tão elevado grau de intensidade”.

Um dos aspetos que intriga o comandante da DI é o facto de, e não querendo atribuir responsabilidades dada a falta de pessoal, lhe ter causado estranheza saber que os cavalos dos oficiais estavam imunes à epidemia.

3.4.5. Quantitativos de Solípedes em Tancos

Relativamente aos quantitativos reais existentes em Tancos, sabemos que no dia 26 de Junho de 1916 é enviado ao ministério da guerra pelo comandante da Divisão de Instrução a “relação dos solípedes que faltam para completo de mobilização das unidades e formações da D. I.”¹⁵, pedindo desta forma que sejam tomadas providências para completar a sua dotação, pois é referido que com essas faltas a instrução dada à DI será deficitária, “desde que tal falta não seja imediatamente suprida, bem como a de animal de tração e respetivos arreios”.

Quadro 6 Relação dos solípedes que faltam para completo de mobilização das unidades e formações da DI de 26 de Junho de 1916

Designação	Solípedes	
	De sela	De tiro
Q. G. D. I.	14	-
Comp ^a de S. M.	1	9
S. T. C.	-	4
Regt ^o de Cavl ^a	68	12
1.º G. B. A.	2	1
2.º G. B. A.	2	2
1.º R. I.	2	56
2.º R. I.	1	10
3.º R. I.	7	48
4.º R. I.	3	60
1.º G. M.	-	2
2.º G. M.	1	2
C. T. F. n.º 1 e 2	-	8
C.H. n.º 3	-	12
R. Abastecimento	2	-
Q. G. 2.ª B. I.	7	-
Soma	110	226
Total	336	

Fonte: adaptado de A.H.M 1/35/1292/2

¹⁵ AHM 1/35/1292/2

Para completo da mobilização da DI estavam previstos 6683 solípedes que deveriam ser fornecidos pelas 2.^a, 5.^a e 7.^a circunscrições que, pelo levantamento feito, deveriam possuir cerca de 14483 solípedes:

- 2.^a circunscrição: 4035 solípedes;
- 5.^a circunscrição: 3194 solípedes;
- 7.^a circunscrição: 7254 solípedes.

Assim sendo, podemos considerar que, no caso de as existências serem reais, a DI tinha os solípedes necessários para a sua mobilização. Relacionando esses dados com a relação de solípedes necessários à DI em Junho, depreendemos que os números de solípedes de requisição que foram levantados não estavam corretos, mas não tendo outros dados não podemos afirmar qual o número efetivo de solípedes em Tancos.

CAPÍTULO 4. ORGANIZAÇÃO DAS FORÇAS – A PRESENÇA DE SOLÍPEDES NA ORGÂNICA DO CEP

Neste capítulo, iremos abordar a questão dos acordos britânicos e as evoluções que a grande unidade portuguesa sofreu, ao passar da DI que foi mobilizada e preparada em Tancos para a Divisão Reforçada que Portugal enviou para França, e que mais tarde foi elevada a Corpo de Exército.

Assim sendo, o nosso estudo neste capítulo incide nos mesmos domínios que o anterior, nomeadamente os domínios da mobilização e da orgânica, procurando assim também responder às mesmas questões derivadas.

4.1. Antecedentes da entrada na Grande Guerra

É através do decreto n.º 2:938 de 17 de Janeiro de 1917 que é determinado, como refere o artigo 1.º, a concentração “de um corpo expedicionário destinado a combater em França contra a Alemanha, ao lado dos exércitos das nações aliadas”, sendo nomeado no artigo 2.º para assumir “o comando do corpo expedicionário português o general Fernando Tamagnini de Abreu e Silva, que terá a competência que pelas leis e regulamentos em vigor é conferida ao comandante em chefe do exército em operações” e determinado no artigo 3.º que “exercerá as funções de chefe do estado maior do corpo expedicionário português o major de artilharia e do serviço de estado maior Roberto da Cunha Batista”.

Segundo Ferreira Martins, o convite formal para a entrada na guerra por parte do governo britânico é recebido, em 7 de Agosto de 1916, com grande acolhimento pelo Parlamento Português, tendo de seguida Portugal recebido “uma missão de oficiais ingleses e franceses para estudar com o Governo e o estado maior, o emprego das tropas portuguesas no teatro de operações da Europa” (Martins F. , História do Exército Português, 1945, p. 520).

Referente à mobilização de solípedes, esta era “encarada com muita ligeireza, pensando-se que era possível obter os animais necessários para as divisões expedicionárias, sem se ter avaliado a situação real” (Telo & Sousa, 2016, p. 144), tendo Portugal assumido perante a Grã-Bretanha a responsabilidade de os fornecer.

Como referem Telo & Sousa (2016), este facto é de extrema importância, pois face à organização britânica, Portugal não conseguiu equipar o CEP com os solípedes necessários para obter a classificação de divisão fixa, muito menos para “obter a classificação de “divisões móveis”, que era a pretendida, mas implicava mais do dobro dos solípedes que o CEP veio a ter.” (Telo & Sousa, 2016, p. 144).

Com base na classificação britânica de 1917, uma divisão fixa contemplava 7191 solípedes e uma divisão móvel 12440 solípedes, que, quando aplicado às duas divisões do CEP, elevaria os números para 14382 solípedes no caso de ser classificada de fixa e para 24880 solípedes no caso de ser classificada como móvel (Telo & Sousa, 2016).

4.2. A Divisão Reforçada de 3 de Janeiro de 1917

Segundo Ferreira Martins, as forças que viriam a constituir o CEP e que começaram a ser transportadas para França, em finais de Janeiro de 1917, seriam forças constituídas como uma divisão reforçada, estando esta definida no memorando de 29 de Dezembro de 1916 (Telo & Sousa, 2016), e segundo a ordem de batalha, tinha previstos para a 1.^a linha (divisão) 10629 solípedes e para a 2.^a linha (base) 1092 solípedes, totalizando 11721 solípedes. De uma forma geral, a divisão reforçada apresentava a seguinte composição:

- um quartel general;
- três brigadas de infantaria, a dois regimentos de três batalhões;
- quatro grupos de metralhadoras pesadas;
- quatro grupos de baterias de tiro tenso (peças);
- três grupos de baterias de tiro curvo (obuses);
- seis baterias de morteiros ligeiros de trincheira;
- três baterias de morteiros médios de trincheira;
- quatro companhias de sapadores-mineiros;
- uma companhia de pontoneiros;
- uma secção de projetores de campanha;
- duas secções de telegrafistas de campanha;
- uma secção de telegrafistas sem fios;
- uma secção de telegrafistas de praça;
- um trem de engenharia (automóvel);
- um grupo de esquadrões de cavalaria;
- cinco ambulâncias;
- duas colunas de transporte de feridos (hipomóveis);
- uma coluna automóvel de transporte de feridos;
- três colunas de hospitalização;
- o serviço de higiene e bacteriologia;
- uma secção de estomatologia;

- uma secção automóvel para transporte de água;
 - uma coluna de munições com dois escalões, cada escalão com:
 - três secções de munições de artilharia;
 - uma secção de munições de obuses;
 - três secções de munições de infantaria;
 - um comboio automóvel;
 - um trem de bagagens e víveres.
- Faziam ainda parte do CEP as formações de Base, que eram as seguintes;
- um quartel general;
 - três depósitos de infantaria;
 - um depósito mixto;
 - um depósito de cavalaria;
 - um depósito de remonta;
 - um hospital de cirurgia;
 - um hospital de medicina e depósito de convalescentes;
 - uma estação de evacuação;
 - depósitos de material:
 - de engenharia;
 - de guerra;
 - sanitário;
 - de serviço veterinário;
 - de subsistências;
 - de fardamento;
 - de material de aquartelamento e bagagens;
 - uma oficina de montar munições 7,5 tiro rápido.

4.3. O Corpo Expedicionário Português como Corpo de Exército

Segundo Ferreira Martins (1934), em 12 de fevereiro de 1917, o General Tamagnini propunha ao Ministro da Guerra a elevação do CEP à categoria de Corpo de Exército, atendendo à análise feita aos efetivos e composição do mesmo, “à semelhança das unidades similares britânicas, de que resultariam vantagens (...) [sendo que] nestas circunstâncias, proponho que o CEP do meu comando passe a ter (...) como alteração sensível ao que atualmente o compõe” (Martins F. , Portugal na Grande Guerra, 1934, p. 134) os seguintes aumentos de unidades:

- seis batalhões de infantaria;
- dois grupos de baterias de 7,5 tiro rápido;
- uma bateria de morteiros de 7,5.

Desta forma, a proposta de uma Divisão Reforçada passar a Corpo de Exército surgiu pelo comandante do CEP, que a recebeu do seu chefe de Estado-Maior, que por sua vez tinha recebido essa sugestão através do Tenente-Coronel Ker, o chefe da missão britânica de

ligação junto do Quartel General do CEP, que possivelmente teria tido o aval do Comando Superior Britânico (Martins F. , 1934).

A composição do CEP como Corpo de Exército segundo a proposta apresentada em 12 de Fevereiro de 1917 é apresentada no Apêndice C – Proposta da Organização e Efetivo do CEP como Corpo de Exército, sendo que os efetivos previstos quanto a solípedes seriam aumentados comparativamente ao que estava anteriormente previsto, sendo necessários para a 1.^a Divisão 5338 solípedes, para a 2.^a Divisão 5338 solípedes, para o Quartel General do Corpo e Tropas não Endivisionadas 4119 solípedes e base 964 solípedes, totalizando 15759 solípedes, mais 4038 solípedes do que os previstos pela divisão reforçada.

CAPÍTULO 5. O EMPREGO DE SOLÍPEDES NAS OPERAÇÕES DO CEP

Conforme foi descrito no capítulo anterior, as primeiras unidades a embarcar para França, em finais de Janeiro de 1917, partem integradas numa Divisão Reforçada, sendo que é depois já no teatro de operações que o CEP é elevado a Corpo de Exército.

Neste capítulo, procuraremos abordar a forma como se realizou o transporte do CEP para França, atendendo aos dados quantitativos sobre os solípedes transportados, ao emprego que as forças portuguesas deram aos solípedes e, finalmente, ao estado em que estes se encontravam, relatando as questões sanitárias e os números de baixas sofridas.

Assim sendo, este capítulo incide o seu estudo nos domínios do transporte, efetivo de solípedes presente e o seu estado sanitário, procurando desta forma responder às QD 2 - “como decorreu o processo de mobilização e de transporte dos efetivos de solípedes para as forças militares portuguesas em França?” e QD 3 - “de que forma eram utilizados os solípedes nas unidades e formações militares portuguesas em França”.

5.1. Os Solípedes em França

Aquando do embarque do CEP, o Capitão-veterinário José Júnior refere, tendo por base um relatório do chefe do SV do CEP, que os solípedes, “antes do embarque para França, não (...) [foram] submetidos a uma simples prova alérgica, como era aconselhado pela inspeção do S. V. M., e por muitos exibirem compleição tão deficiente que nunca chegaram a prestar qualquer serviço, pelo que tiveram que ser vendidos para o talho” (Júnior, 1958, p. 170).

A organização dos embarques não foi uma tarefa fácil, pois segundo Ferreira Martins (1934), sete navios que o Governo Britânico fornecia para o transporte, tinham capacidade e acomodações variáveis e que nem sempre correspondiam as suas possibilidades de transporte às conveniências do transporte e às necessidades que eram manifestadas pelo Chefe do Estado Maior que se encontrava em França, relativamente às prioridades a dar ao embarque de determinadas unidades ou formações.

Ao todo foram realizadas 18 viagens, estando estas descritas no Apêndice D – Transporte do CEP para França, tendo sido transportados ao todo 7783 solípedes, conforme é apresentado no quadro seguinte.

Quadro 7 Solípedes transportados de Portugal para França

Viagem	Data (1917)	Solípedes transportados
	Partida	
Comboio de navios n.º1	30 de Janeiro	457
Comboio de navios n.º 2	16 de Fevereiro	891
Comboio de navios n.º 3	23 de Fevereiro	0
Comboio de navios n.º 4	16 de Março	1850
Comboio de navios n.º 5	23 de Março	0
Comboio de navios n.º 6	15 de Abril	1332
Comboio de navios n.º 7	22 de Abril	0
Comboio de navios n.º 8	16 de Maio	1607
Comboio de navios n.º 9	27 de Maio	0
Comboio de navios (Partida isolada n.º1)	30 de Junho	0
Comboio de navios (Partida isolada n.º 2)	12 de Julho	0
Comboio de navios n.º 10	14 de Julho	350
Comboio de navios n.º 11	25 de Julho	532
Comboio de navios n.º 12	8 de Agosto	285
Comboio de navios n.º 13	21 de Agosto	239
Comboio de navios (Partida isolada n.º 3)	26 de Agosto	0
Comboio de navios n.º 14	26 de Setembro	240
Comboio de navios n.º 15	10 de Outubro	0
	Total	7783

Fonte: adaptado de Telo & Sousa, 2016 e AHM 1/35/1401/8

Segundo Telo & Sousa (2016), o número de solípedes transportados varia por vezes consoante as fontes consultadas, ora documentos da Armada ou do Exército, sendo que o valor total apresentado é o referido por estes autores e que corresponde ao mesmo número que se encontra num documento intitulado “Apontamentos obtidos em diversas estações pelo Sr. Tenente Coronel Xavier de Brito para responder ao questionário do Ministro da América em Lisboa”¹⁶ que foi obtido através do relatório da Comissão de Aprovisionamento dos Transportes das Tropas. Neste documento é ainda referido que foram obtidos cerca de 1997 solípedes por intermédio dos Depósitos de Remonta Ingleses, sendo este número fornecido pelos Serviços Administrativos das Comissões Liquidatárias do CEP por intermédio do adido militar em Paris.

Os referidos Serviços Administrativos elaboram um mapa em 3 de Maio de 1921 da “relação dos solípedes fornecidos ao CEP pelos depósitos de remonta ingleses”¹⁷, entre Fevereiro de 1917 e Fevereiro de 1919, tornando desta forma possível saber as quantidades discriminadas de solípedes que foram fornecidos, sabendo assim que dos 1997 solípedes fornecidos pelos depósitos ingleses, 521 solípedes eram de origem portuguesa mas que receberam tratamento e obtiveram alta dos Hospitais Veterinários Ingleses (HVI), ou seja, 1476 solípedes foram efetivamente obtidos nos depósitos de remonta ingleses, conforme é apresentado no quadro seguinte.

Quadro 8 Relação dos solípedes fornecidos ao CEP pelos Depósitos de Remonta Ingleses

Ano	Cavalos Montada de Oficiais	Cavalos Ligeiros	Cavalos Pesados e de Tração	Muares Pesados	Muares Ligeiros	
1917	23	2	126	1208	0	1359
1918	1	18	18	67	9	113
1919	0	0	0	3	1	4
	24	20	144	1278	10	Soma
	1476					Total

Fonte: AHM 1/35/1401/8

¹⁶ AHM 1/35/1401/8

¹⁷ AHM 1/35/1401/8

Estes valores correspondem aos apresentados por Telo & Sousa (2016), podendo assim compreender que, Portugal apenas conseguiu mobilizar para França 7783 solípedes, sendo essa a quantidade de solípedes necessária à Divisão Auxiliar de 1914, que como vimos anteriormente previa 7211 solípedes, e ficando muito aquém dos 11721 solípedes necessários para a Divisão Reforçada, sendo ainda maior a discrepância quando comparados com os solípedes previstos inicialmente para o CEP como Corpo de Exército, cerca de 15759 solípedes.

Para que as duas divisões do CEP recebessem a classificação britânica de divisões fixas, necessitavam de ter 14382 solípedes, mas tendo apenas recebido 64% desse valor, “o CEP nem sequer podia ser classificado como fixo; estava abaixo desta classificação, merecendo ser chamado de estático” (Telo & Sousa, 2016, p. 153).

Por forma a procurar compreender quais os valores reais de solípedes que estiveram efetivamente presentes em França, analisámos o quadro apresentado no Apêndice E – Efetivos das Unidades e Formações que fazem parte do CEP em 16 de Julho de 1917, que apresenta um total de 14594 solípedes, número esse que se aproxima da proposta de Fevereiro de 1917, pelo que podemos considerar que não se trata dos efetivos reais em França, mas sim de um quadro orgânico com os efetivos que deveriam constar naquela data.

O quadro orgânico final do CEP¹⁸, a que tivemos acesso de quando as forças já se encontravam efetivamente como corpo de exército, é datado de Novembro de 1917 e prevê um total de 7131 solípedes, conforme é apresentado no quadro seguinte, sendo que esse valor já se adequa à quantidade de solípedes enviados de Portugal para França.

Quadro 9 Mapa dos solípedes previstos para o CEP em finais de Novembro de 1917

Unidades	Solípedes		
	De sela	De tiro	
Quartel General do Corpo e Tropas do Corpo	206	375	581
1. ^a Divisão	854	2422	3276
2. ^a Divisão	854	2422	3276
	1914	5219	Soma
	7131		Total

Fonte: AHM 1/35/494/2

¹⁸ AHM 1/35/494/2

5.2. Emprego dos Solípedes no CEP

Nesta guerra, os solípedes apenas foram utilizados como plataforma de combate pela cavalaria nos primeiros tempos, pois estas unidades necessitaram de se adaptar ao facto de não poderem atuar dentro das suas tradicionais missões (Afonso & Gomes, 2010), sendo que, segundo David Martelo estas unidades estavam vocacionadas para o reconhecimento e para a cobertura em terrenos espaçosos e pouco batidas pelos fogos, e aqui depararam-se com faixas de terreno estreitas e “completamente saturada de fogos, onde o binómio cavalo-cavaleiro era extremamente vulnerável. Assim, tiveram de combater, em muitos casos, como unidades de Infantaria” (Afonso & Gomes, 2010, p. 116).

Estas alterações na estrutura orgânica das unidades de cavalaria também se aplicaram ao CEP que tinha inicialmente um Grupo de Esquadrões a cavalo e que após a perceção de que este não poderia ser empregue conforme tinha sido treinado, foi decidido reestruturá-lo num Grupo de Companhias de Ciclistas, sendo este um tipo de unidade que os britânicos já possuíam e que utilizava a bicicleta como plataforma de combate (Martins M. , 2014) ou de transporte.

Desta forma, os solípedes foram utilizados essencialmente como meio de transporte, tração da artilharia e das diversas viaturas (cozinha, munições, água, etc.) usadas pelas unidades. Entre a frente de combate e as formações que se encontravam na retaguarda, a sua principal utilização foi como meio de tração das viaturas hipomóveis para as unidades que compunham o CEP ou simplesmente para transporte a dorso de munições conforme é apresentado na figura seguinte.



Ilustração 1 Muares para transporte de munições
Fonte: *O CEP. Os militares sacrificados pela má política*

Atendendo ao já referido quadro orgânico previsto para o CEP de Novembro de 1917, é possível perceber qual o emprego dos solípedes nas diversas formações do CEP, tomando como estudo o caso de uma divisão orgânica do CEP.

No quadro seguinte apresentamos o mapa dos solípedes previstos para uma divisão do CEP em 5 de Novembro de 1917.

Quadro 10 Mapa dos solípedes necessários a uma divisão do CEP

Unidade e Formações	Cavalos	Muare
Quartel General da Divisão	54	22
3 Brigadas de Infantaria	141	756
3 Grupos de Baterias de Artilharia	498	1206
2 Companhias de Sapadores Mineiros	34	76
1 Grupo de Companhias de Pioneiros	9	52
1 Companhia Divisionária de Telegrafistas	30	38
2 Grupos de Metralhadoras Pesadas	38	120
3 Baterias de Morteiros Ligeiros	-	18
3 Baterias de Morteiros Médios	-	18
1 Bateria de Morteiros Pesados	-	8
1 Coluna de Transporte de Feridos	9	38
4 Ambulâncias	12	32
Coluna de Munições	-	-
Trem Divisionário	27	32
Secção Móvel Veterinária	7	6
Soma	854	2422
Total	3276	

Fonte: AHM 1/35/494/2

Se compararmos o valor total de solípedes que a divisão previa com o total de solípedes necessários para que fosse classificada de fixa ou móvel pelos britânicos,

deparamo-nos com menos 3915 solípedes para ser classificada de fixa e 9164 solípedes para ser classificada como móvel, sendo que no primeiro caso o valor é metade e no segundo é superior à quantidade de solípedes enviados de Portugal para abastecer o CEP.

Analisando em detalhe algumas unidades e formações que compunham organicamente uma divisão do CEP poderemos compreender como estava previsto o emprego dos solípedes de acordo com a sua função, ou seja, iremos atender à utilização de solípedes como meio de transporte ou como força de tração para as viaturas.

Tomando como exemplo o caso do Quartel General da Divisão, os 54 solípedes de sela previstos eram empregues essencialmente como meio de transporte para os oficiais do Comando e Estado Maior, para a Escolta e para o Serviço de Polícia; enquanto que, os 22 solípedes de tiro previstos iriam servir para transportar cinco viaturas hipomóveis, estando atribuídos dois muares para uma viatura de 4 rodas do Serviço Telegráfico, e os restantes 20 muares estavam destinados à tração de duas viaturas de duas rodas e duas viaturas de quatro rodas pertencentes ao Trem.

Uma Brigada de Infantaria composta pelo Quartel General e por quatro Batalhões apresenta os seguintes quantitativos quanto a solípedes e viaturas.

Quadro 11 Composição de uma Brigada de Infantaria quanto a solípedes e viaturas hipomóveis

Uma Brigada de Infantaria	Solípedes		Viaturas hipomóveis	
	De sela	De tiro	De duas rodas	De quatro rodas
Quartel General	19	20	1	3
4 Batalhões	28	232	28	48
Soma	47	252	29	51
Total	299		80	

Fonte: AHM 1/35/494/2

Dos 19 solípedes de sela que o Quartel General dispunha, 15 desses solípedes estavam destinados para oficiais do Estado Maior e Menor, juntamente com três solípedes destinados para praças, sobrando quatro solípedes para praças pertencentes à Escolta. Relativamente aos 20 solípedes de tiro, estes estavam destinados à tração de quatro viaturas hipomóveis, nomeadamente tres carros de esquadrão e um carro de correio, sendo a sua relação a seguinte:

- no Estado Maior e menor: quatro muares para uma viatura de quatro rodas como carro de esquadrão, possuindo uma reserva de gado de dois muares.

- nas Secções de Ferramentas: 12 muares para duas viaturas de quatro rodas como carros de esquadrão.
- no Serviço Postal: dois muares para uma viatura de duas rodas como carro de correio.

Ao considerar os solípedes previstos para um Batalhão de Infantaria a quatro companhias, nomeadamente sete solípedes de sela e 58 solípedes de tiro para 19 viaturas hipomóveis, sabemos que, no caso dos solípedes de sela, estes estavam destinados ao Estado Maior e menor do Batalhão como cinco cavalos para oficiais e dois cavalos para praças; quanto aos 58 solípedes de tiro previstos, encontravam-se atribuídos 30 muares ao Estado Maior e menor para tração de 11 viaturas hipomóveis e 28 muares às quatro companhias para tração de oito viaturas hipomóveis, sendo a sua relação a seguinte:

- no Estado Maior e menor: quatro muares para duas viaturas de duas rodas como carros de água; quatro muares para duas viaturas de quatro rodas como carros de ferramentas; quatro muares para duas viaturas de quatro rodas como carros de munições; dois muares para uma viatura de quatro rodas como carro sanitário; dois muares para uma viatura de duas rodas como carro de companhia; 12 muares para três viaturas de quatro rodas e uma reserva de gado de dois muares.
- na companhia: 3 muares para transporte a dorso de munições; 2 muares para 1 viatura de quatro rodas como cozinha rodada e 2 muares para 1 viatura de duas rodas como carro de companhia.



Ilustração 2 Viatura de 2 rodas
Fonte: *Imagens da I Guerra Mundial*

Um Grupo de Baterias de Artilharia (GBA) composto pelo Comando do Grupo, contendo o Estado Maior e menor e uma Secção de Sinaleiros, por três Baterias de 75 mm e uma Bateria de Obuses 114 mm apresenta os seguintes quantitativos quanto a solípedes e viaturas.

Quadro 12 Composição de um Grupo de Baterias de Artilharia quanto a solípedes e viaturas hipomóveis

Um Grupo de Baterias de Artilharia	Solípedes		Viaturas hipomóveis	
	De sela	De tiro	De duas rodas	De quatro rodas
Comando	28	38	1	7
3 Baterias de 75 mm	102	264	3	39
1 Bateria de Obuses 144 mm	36	100	2	14
Soma	166	402	6	60
Total	568		66	

Fonte: AHM 1/35/494/2

Relativamente aos solípedes de sela, o Comando dispunha de 28 solípedes previstos, sendo que 21 desses solípedes estavam destinados ao Estado Maior e menor, 13 cavalos para oficiais e oito cavalos para praças, sobrando sete solípedes para a Secção de Sinaleiros, estando um cavalo para oficial e 6 cavalos para praças; para uma Bateria de Peças de 75 mm estavam previstos 34 solípedes de sela, sendo sete cavalos para oficiais, 26 cavalos para praças e um cavalo como reserva de gado; e para uma Bateria de Obuses 114 mm estavam previstos 36 solípedes de sela, sendo sete cavalos para oficiais, 26 cavalos para praças e um cavalo como reserva de gado.

Quanto aos solípedes de tiro, para um GBA estavam previstos 402 muares para 66 viaturas, sendo a sua relação a seguinte:

- no Estado Maior e menor: seis muares para uma viatura de quatro rodas como forja; dois muares para uma viatura de duas rodas como carro sanitário; 24 mures para quatro viaturas de quatro rodas como carros de esquadrão e dois muares para uma viatura de duas rodas como carro cantina.
- na Secção de Sinaleiros: quatro muares para uma viatura de quatro rodas como carro de material telegráfico.

- numa Bateria de Peças de 75 mm: 24 muares para quatro viaturas de quatro rodas como peças de 75 mm; 36 muares para seis viaturas de quatro rodas como carros de munições; seis muares para uma viatura de quatro rodas como cozinha rodada; seis muares para uma viatura de quatro rodas como carro de esquadrão; dois muares para uma viatura de duas rodas como carro de água e 10 muares como reserva de gado.
- numa Bateria de obuses de 114 mm: a mesma relação que a apresentada na Bateria de Peças de 75 mm, sendo as peças substituídas pelos obuses e possuindo mais dois muares como reserva de gado.



Ilustração 3 Uma Bateria de Artilharia de 75 mm em exercícios em Tancos

Fonte: Imagens da I Guerra Mundial

Um Grupo de Metralhadoras Pesadas composto pelo Estado Maior e menor e por duas baterias apresenta os seguintes quantitativos quanto a solípedes e viaturas.

Quadro 13 Composição de um Grupo de Metralhadoras Pesadas quanto a solípedes e viaturas hipomóveis

Um Grupo de Metralhadoras Pesadas	Solípedes		Viaturas hipomóveis	
	De sela	De tiro	De duas rodas	De quatro rodas
Estado Maior e menor	7	12	3	2
Duas baterias	12	48	2	12
Soma	19	60	5	14
Total	79		19	

Fonte: AHM 1/35/494/2

Atendendo aos solípedes de sela, o Estado Maior e menor previa sete solípedes, sendo três cavalos para oficiais e quatro cavalos para praças, enquanto que uma Bateria previa seis cavalos para oficiais.

Relativamente aos solípedes de tiro, o Estado Maior e menor previa 12 muares para cinco viaturas hipomóveis enquanto que uma Bateria previa 24 muares para sete viaturas hipomóveis, sendo a sua relação a seguinte:

- no Estado Maior e menor: dois muares para uma viatura de duas rodas como carro de água; quatro muares para duas viaturas de duas rodas como carros de companhia; quatro muares para uma viatura de quatro rodas como carro de esquadrão e dois muares para uma viatura de quatro rodas como carro sanitário.
- numa Bateria: 16 muares para quatro viaturas de quatro rodas como carros para transporte de metralhadoras; quatro muares para duas viaturas de quatro rodas como carros para transporte de munições; dois muares para um carro de duas rodas como carro de companhia e dois muares como reserva de gado.



Ilustração 4 Um carro para transporte de água português, fotografado em Lisboa, nas manobras da Escola de Guerra de 1917.

Fonte: *O CEP. Os militares sacrificados pela má política*

Uma Coluna para Transporte de Feridos previa um total de 47 solípedes, sendo nove solípedes de sela e 38 solípedes de tiro, e 18 viaturas hipomóveis, nomeadamente, cinco viaturas de duas rodas e 13 viaturas de quatro rodas. À semelhança do que acontecia nas

outras unidades e formações do CEP, dos nove solípedes de sela previstos, quatro eram cavalos para oficiais e cinco eram cavalos para praças. Relativamente aos solípedes de tiro, a sua relação com as viaturas hipomóveis nesta formação é: dois muares para uma viatura de duas rodas como carro de água; 24 muares para 12 viaturas de quatro rodas como carros de transporte de feridos; oito muares para quatro viaturas de duas rodas como carros de companhia (sendo dois carros para material); dois muares para uma viatura de quatro rodas como carro sanitário e dois muares como reserva de gado.



Ilustração 5 Carro de Transporte de Feridos

Fonte: O CEP. Os militares sacrificados pela má política

Uma Ambulância previa 11 solípedes, sendo dos quais três cavalos para oficiais, sobrando oito solípedes de tiro para três viaturas hipomóveis existentes, sendo a sua relação a seguinte: quatro muares para uma viatura de quatro rodas como carro de esquadrão; dois muares para uma viatura de quatro rodas como cozinha rodada e dois muares para uma viatura de duas rodas como carro de companhia.



Ilustração 6 Cozinhas rodadas de um trem de combate de infantaria

Fonte: *Imagens da I Guerra Mundial*

Uma Secção Móvel Veterinária (SMV) previa 13 solípedes, sendo dos quais sete solípedes de sela, estando um distribuído como cavalo para oficial e seis como cavalos para praças, e os restantes seis solípedes de tiro relacionavam-se com duas viaturas hipomóveis da seguinte forma: quatro muares para 1 viatura de quatro rodas como carro de esquadrão e dois muares para uma viatura de duas rodas como carro para transporte de animais doentes e feridos.

5.3. Estado dos Solípedes na frente

Acerca do estado em que os solípedes se encontravam em França, o Capitão-Veterinário José Júnior refere que, tendo por base o já referido relatório do chefe do Serviço de Veterinária do CEP, é possível ter-se a perceção da forma como os solípedes estavam sujeitos a doenças e a forma como estas podiam ser combatidas, dando como exemplo a deflagração, entre 1 de Junho e 3 de Novembro de 1917, de um violento episódio de mormo nos solípedes estacionados no setor português e que causou preocupação aos serviços veterinários ingleses que apoiavam no seu combate (Júnior, 1958). Para além do clima que

era caracterizado por chuva e neve quase permanente, verificava-se “a ausência de alojamentos e material de tratamento e higiene (sacos de boca, cobrejões, limpezas, etc.), para os animais (...) o que mais agravava os índices de morbilidade e letalidade” (Júnior, 1958, pp. 169, 170). Foram estabelecidos campos de quarentena em Thiembrane e Calais e procedeu-se aos tratamentos, tendo sido realizados em três meses cerca de 18757 tratamentos. Ainda tendo por base o mesmo relatório, é-nos transmitido o testemunho de que quem percorresse os campos onde as tropas portuguesas estavam estacionadas, em dias de tempestade de neve, tinha oportunidade de observar “no meio de uma planície, num cercado ou próximo de um valado, presos a uma corda de bivaque, cobertos de neve, essas centenas de cavalos e muares do CEP (...) como eles permaneciam enterrados até aos curvilhões e grande parte sem cobertura” (Júnior, 1958, pp. 169, 170), sendo que, mesmo depois do degelo, a situação dos solípedes em bivaque não melhorava, pois continuavam “enterrados em lama, debatendo-se em constantes movimentos, como que procurando libertar-se do contacto da argila húmida” (Júnior, 1958, p. 170).

Sabemos que as cólicas eram motivadas pela ingestão de areia e que as doenças de pele eram derivadas pela ausência de limpeza regular, tendo estas contribuído para o aumento da nosologia, entre Junho e Dezembro de 1917, ficando doentes cerca de 5230 solípedes (Júnior, 1958). Como forma de combater estas doenças, foram criadas à semelhança do serviço veterinário inglês, duas secções móveis de veterinária que se destinavam a receber os animais portadores de lesões mais graves e que não podiam acompanhar as unidades, assim como aqueles incapazes para o serviço, para além de ter sido ainda dada a possibilidade de internar solípedes nos modelares hospitais ingleses (Júnior, 1958).

Há o relato¹⁹ por parte do Comandante do Depósito de Remonta, de 15 de Fevereiro de 1918, da existência de uma intensa epidemia de sarna no 2.º Esquadrão, sendo que para a combater é pedido ao Chefe do Estado Maior do Quartel General Territorial que seja mobilizado pessoal especializado, nomeadamente cabos ou soldados ferradores e sargentos enfermeiros hípicas, dado que apenas pessoal especializado pode tratar a doença para que esta não continue a ser transmitida às praças.

Em 25 de Janeiro de 1918 são emitidas as “Instruções sobre o movimento de solípedes doentes”²⁰ que especificam os procedimentos que deverão ser executados quando se verifique que um solípede se encontra nesse estado e, tanto as unidades e formações a que

¹⁹ AHM 1/35/1024/2

²⁰ AHM 1/35/649/1

o solípede pertence como as unidades veterinárias, devem proceder, sendo estas instruções apresentadas no quadro seguinte.

Quadro 14 Instruções sobre o movimento de solípedes doentes

	Instruções sobre o movimento de solípedes doentes
1. ^a	Nenhum solípede poderá ser evacuado diretamente da unidade ou formação para qualquer HVI sem que tenha baixado à SMV.
2. ^a	Os solípedes que pela natureza da doença, acidentes ou feridas de gravidade, não possam ser tratados nas unidades ou formações, devem baixar às SMV.
3. ^a	Todo o animal que baixe à SMV deve fazer-se acompanhar duma baixa na qual será designado o número, unidade a que pertence o resenho, assim como nela serão relacionados os artigos que se tornam indispensáveis a cada animal, como cobrejão, cabeçada de prisão, saco de boca e os respetivos utensílios de limpeza. ²¹
4. ^a	Só os chefes das SMV poderão baixar aos HVI os solípedes que disso careçam, devendo neste caso fazer a comunicação do HVI com dois dias de antecedência, do número de solípedes a evacuar com a designação das doenças. Excetua-se o caso do solípede se encontrar na área da Base, devendo a baixa ser solicitada pelo respetivo veterinário ao chefe do SV do CEP.
5. ^a	Quando os solípedes sejam evacuados para qualquer HVI, o chefe da SMV comunicará à unidade ou formação, para que esta o abata ao efetivo, devendo o veterinário das unidades escriturá-lo no mapa nosológico dessa semana como transferido.
6. ^a	Os solípedes que baixam às SMV continuam a figurar nos mapas nosológicos das unidades ou formações a que pertencem ou estão adidos, e à medida que são curados, transferidos, mortos, abatidos ou vendidos, serão assim mencionados nos mapas.
7. ^a	Os solípedes curados regressam à unidade ou formação a que pertencem ou estão adidos, devendo o chefe da SMV comunicar ao comandante da unidade para que os mande buscar.
8. ^a	Os animais que estando em tratamento nas SMV e que tenham morrido, sido abatidos ou vendidos, deve o chefe da SMV comunicar ao comandante da respetiva

²¹ Como exemplo é apresentado um documento com essas disposições no Anexo B – Relação de solípedes a serem entregues em determinadas unidades

	unidade ou formação, bem como ao veterinário para este dar seguimento à 6. ^a instrução.
9. ^a	Os solípedes com baixa aos HVI quando tenham tido alta, devem ser enviados para o Depósito de Remonta.
10. ^a	Os chefes das SMV à repartição do SV do CEP, juntamente com o mapa semanal, uma relação dos animais que foram evacuados para os HVI, devendo os que têm sido fornecidos ao CEP pelos Depósitos de Remonta Ingleses receber a seguinte classificação: Cavalo para oficial (grande), Cavalo para oficial (pequeno), Cavalo de sela vulgar ou de fileira, Cavalo de tiro ligeiro, Cavalo de tiro pesado e Muares.

Fonte: AHM 1/35/649/1

Como referido anteriormente, tivemos acesso ao documento “Apontamentos obtidos em diversas estações e pelo Sr. Tenente Coronel Xavier de Brito para responder ao questionário do Ministro da América em Lisboa”²² no qual refere alguns números estatísticos, nomeadamente, que existiram cerca 8220 solípedes feridos; que o número de mortos por doenças foi de 69 solípedes em 1917, de 394 solípedes em 1918 e de 2 solípedes em 1919; especificando o mormo como causa da morte de 184 solípedes; a bordo de navios e no porto em Breste morreram 95 solípedes, e inclusive cerca de 1443 solípedes foram mortos na Batalha de La Lys²³, a 9 de Abril de 1918; sendo que, no total, morreram 2187 solípedes.

²² AHM 1/35/1401/8

²³ AHM 1/35/144 - Valor também apresentado no “Relatório sobre o combate de 9 de Abril de 1918” do SV do CEP.

CONCLUSÃO

Tendo em conta a nossa questão central sobre a mobilização, a orgânica e o emprego de solípedes nas forças militares portuguesas durante a 1.ª Guerra Mundial em França, procurámos dar resposta às questões derivadas levantadas, como a seguir se apresenta.

Respondendo à QD 1 – “como evoluiu a presença de solípedes na estrutura orgânica das unidades e formações militares portuguesas, mobilizadas para França durante a 1.ª Guerra Mundial?”, vimos que a presença de solípedes, tendo como unidade de referência a divisão, se relacionou com os modelos de divisão adotados, sendo inicialmente na Divisão Auxiliar (1914) e na Divisão de Instrução (1916) o modelo francês, seguindo-se depois para o modelo britânico após as alterações propostas pelas várias comissões que visitaram Portugal, sendo estas aplicadas à Divisão Reforçada e ao CEP como Corpo de Exército em 1917. Assim, os quantitativos de solípedes presentes nos quadros orgânicos foram de 7211 solípedes na Divisão Auxiliar Portuguesa, de 6683 solípedes na Divisão de Instrução, de 11721 solípedes na Divisão Reforçada, de 15759 solípedes segundo a proposta de Fevereiro de 1917 para o CEP como Corpo de Exército, passando para 14594 solípedes em Julho de 1917, e finalmente 7131 solípedes conforme o Quando Orgânico de Novembro de 1917 quando o CEP já se encontra efetivamente como Corpo de Exército a duas divisões.

Respondendo à QD 2 – “como decorreu o processo de mobilização e de transporte dos efetivos de solípedes para as forças militares portuguesas em França?”, compreendemos que o processo de mobilização foi reestruturado consoante as necessidades de mobilização que eram apresentadas, existindo alterações desde o que estava previsto no Regulamento para o Serviço da Remonta Geral do Exército de 1902 para o Regulamento de Mobilização de 1915, e que antes da mobilização da DI foi necessário reestruturar novamente por forma a colmatar as faltas de solípedes que se faziam em algumas classes por forma a não afetar a mobilização e emprego das unidades. Ao processo de mobilização agrava o facto de o governo português ter considerado que Portugal conseguia fornecer os solípedes necessários e que, conforme vimos não foi possível. Relativamente ao transporte para França, a quantidade de solípedes transportados varia consoante as disposições britânicas para o transporte nos navios e o número de navios utilizados para efetuar o transporte, sendo que a

partir do comboio n.º 10, que é o primeiro após a redução de quatro para dois navios britânicos, a quantidade de solípedes transportada em cada comboio diminuiu consideravelmente.

Respondendo à QD 3 – “de que forma eram utilizados os solípedes nas unidades e formações militares portuguesas em França?”, temos em consideração a relação feita entre os solípedes e as viaturas hipomóveis previstas em Novembro de 1917, e com base nessa análise, consideramos que os solípedes foram utilizados, essencialmente, como meio de tração para as viaturas hipomóveis, sendo de destacar o emprego na artilharia (88 muares para uma Bateria de Peças de 75 mm e 100 muares para uma Bateria de Obuses 114 mm) e nas metralhadoras (24 muares para uma Bateria de Metralhadoras); à exceção dos solípedes de sela que serviam para transporte de pessoal, na maioria dos casos, como cavalos para oficiais do Estado Maior. Assim, os solípedes de tiro estavam empregues na tração de viaturas de duas ou quatro rodas, sendo que na generalidade das unidades e formações analisadas, a quantidade de muares necessários a cada tipo de viatura era a mesma, alterando-se no caso da artilharia que necessitava de mais solípedes para tração dos armões e das peças de artilharia, dos obuses e das viaturas de munições. Para além da tração das viaturas, os muares foram ainda utilizados para transportar munições a dorso, no caso das unidades de infantaria, e algumas unidades apresentavam reserva de gado muar para quando necessitassem.

Respondendo à questão central - “de que forma decorreu a mobilização, como estavam integrados e como foram empregues os solípedes nas forças militares portuguesas na 1ª Guerra Mundial em França?” consideramos que, com base nos dados recolhidos, a mobilização de solípedes realizou-se com base nas quantidades de solípedes existentes nas unidades e complementada com solípedes de requisição. Relativamente à sua integração, os solípedes estavam integrados nas unidades e formações como meio de transporte e de tração das diferentes viaturas que compunham as unidades, existindo solípedes em depósito para quando fosse necessário repor as perdas sofridas. Inicialmente empregues também como meio de combate, os solípedes foram depois ajustados à realidade da guerra e foram empregues como cavalos de transporte dos oficiais entre as várias unidades que compunham o CEP e muares para tração de todas as viaturas ou para transporte de munições a dorso.

As principais dificuldades encontradas durante a investigação foram a consulta e análise de fontes primárias, nomeadamente os fundos do AHM, dado que a descrição que apresentavam no catálogo do AHM não correspondia ao seu conteúdo, o que originou que

na maioria dos fundos consultados não existisse qualquer informação relacionada com a nossa investigação.

Uma limitação com que nos deparámos foi a fraca referência à questão dos solípedes no CEP que encontrámos na bibliografia consultada, ou quando referenciada ser apenas a demonstração de valores quantitativos e não uma abordagem profunda acerca do tema, demonstrando que o emprego dos solípedes é um tema ainda pouco estudado em Portugal.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

Fundos do AHM consultados:

- 1/35/144 – Relatório sobre o combate de 9 de Abril de 1918 pelo Serviço Veterinário;
- 1/35/333 – Documentos relativos à venda de solípedes incapazes para o serviço em França.
- 1/35/334 – Correspondência relativa à compra de material;
- 1/35/494/2 – Mapa com os solípedes necessários ao CEP de em Novembro de 1917;
- 1/35/649/1 – Documento contendo instruções sobre o movimento de solípedes doentes;
- 1/35/658/2 – Documento com a relação de solípedes a serem entregues em determinadas unidades em 19 de Novembro de 1918;
- 1/35/705 – Correspondência diversa;
- 1/35/714 – Documento contendo a composição do CEP;
- 1/35/715 – Cadernos com registo de apresentações, correspondência, reabastecimento e documentos com quadros orgânicos;
- 1/35/1015/2 – Documentos relativos ao transporte do CEP para França;
- 1/35/1015/8 – Mapa com os efetivos das unidades e formações que fazem parte do CEP em 16 de Julho de 1917;
- 1/35/1024 – Documento relativo a necessidades do Depósito de Remonta
- 1/35/1026 – Mapa do pessoal, material e animal que compõe o CEP, contendo os que já embarcaram para França, em 5 de Maio de 1917;
- 1/35/1126/ - Mapa indicativo da constituição em pessoal, animal e viaturas da Divisão Expedicionária
- 1/35/1194 – Documentos relativos à mobilização de solípedes de requisição em 1916;
- 1/35/1247/1 – Documentos com referências ao acampamento da Divisão de instrução em Tancos, contendo as plantas da disposição de diferentes unidades;
- 1/35/1251/9 – Relatório de uma visita feita ao acampamento da Divisão de Instrução em Tancos em Junho de 1916 pela Carreira de Tiro da Guarnição de Lisboa e relatório de uma visita ao campo de instrução de Tancos pela Comissão Técnica da Arma de Infantaria de 26 de Julho de 1916;

- 1/35/1256/2 – Relatório sobre o estado mobilizável do 1.º escalão do exército metropolitano;
- 1/35/1268/3 – Correspondência sobre falta de pessoal e material;
- 1/35/1271/3 – Documentos relativos à instalação da Divisão de Instrução em Tancos;
- 1/35/1292/ – Documento com a relação dos solípedes em falta para completo da mobilização da Divisão de Instrução;
- 1/35/1292/3 – Mapa com os efetivos em França;
- 1/35/1294/4 – Relatório do Comandante da Divisão de Instrução acerca da inspeção realizada à Divisão em 21 de Maio de 1916;
- 1/35/1305/01 – Documento com o resumo por unidades dos cavalos e muares aptos para entrar campanha e dos incapazes para o mesmo em 1914;
- 1/35/1377/11 – Lista de Abreviaturas em uso no CEP;
- 1/35/1401/8 – Documento com a relação dos transportes chegados a Brest com tropas destinadas ao CEP;
- 1/35/1412/3 – Gráficos relativos a pessoal (doenças, mortes, causas da morte);
- 3/5/4/22/209 – Relatórios sobre a instrução da Divisão de Instrução em Tancos.

Fontes Bibliográficas:

- Afonso, A., & Gomes, C. d. (2010). *Portugal e a Grande Guerra 1914.1918* (Primeira Edição ed.). QuidNovi.
- Almeida, A. A. (1968). *A Artilharia Portuguesa na Grande Guerra (1914 - 1918)*. Lisboa: Ministério do Exército.
- Badsey, S. (2008). *Doctrine and Reform in the British Cavalry 1880 - 1918*. Hampshire, England: Ashgate.
- Barata, M. T., & Teixeira, N. S. (2004). *Nova História Militar de Portugal* (Vol. 4). Lisboa: Círculo de Leitores.
- Carvalho, V. d. (1924). *A 2.ª Divisão Portuguesa na Batalha de La Lys (9 de Abril de 1918)*. Lisboa: Lusitania.
- Centro Militar de Educação Física e Desportos. (2012). *Do Depósito de Remonta e Garanhões ao Centro Militar de Educação Física e Desportos*. Gravavedras.

- Clarke, D. (2004). *British Artillery 1914 - 1918: Field Artillery*. Osprey Publishing.
- Coimbra, A. (2014). *Escola Veterinária Militar*. Pedrouços: Instituto de Estudos Superiores Militares.
- Coleção das Ordens do Exército (1.ª Série) do ano de 1911*. (1912). Lisboa: Imprensa Nacional.
- Coleção das Ordens do Exército (1.ª Série) do ano de 1914*. (1915). Lisboa: Imprensa Nacional.
- Coleção das Ordens do Exército (1.ª Série) do ano de 1916*. (1917). Lisboa: Imprensa Nacional.
- Conceição, S. (Abril de 1884). Cavallaria - A Industria Equina. *Revista do Exército e da Armada, II*.
- Costa, G. d. (1919). *A Batalha do Lys - O Corpo de Exército Português na Grande Guerra*. Porto: Renascença Portuguesa.
- Costa, G. d. (1919). *A Grande Batalha do CEP: A Batalha de La Lys*. Lisboa: Livraria Popular de Francisco Franco.
- Falcão, C. (2004). *Imagens da I Guerra Mundial*. Sociedade Tipográfica.
- Fraga, L. M. (1990). *Portugal e a Primeira Grande Guerra. Os objetivos políticos e o esboço da estratégia nacional 1914 - 1916*. Lisboa: ICSP.
- Fraga, L. M. (2003). *Guerra & Marginalidade. O Comportamento das Tropas Portuguesas em França. 1917 - 1918*. Lisboa: Prefácio.
- Freiria, F. (1918). *Os Portugueses na Flandres*. (T. d. Militar, Ed.) Lisboa.
- Gilbert, M. (2007). *A Primeira Guerra Mundial*. Lisboa: A Esfera dos Livros.
- Guarda Nacional Republicana. (1911). *Regulamento para o Serviço de Remonta da Guarda Nacional Republicana*. Lisboa: Typografia da Guarda Nacional Republicana.
- Júnior, J. M. (Abril - Setembro de 1958). A Influência das Instituições Militares da evolução da veterinária Portuguesa. Subsídios para a história do serviço veterinário militar. *Separata da Revista de Ciências Militares, LIII*(Facs. N.º 365 - 366), 145 - 220.

- Jones, S. (2015). *Courage Without Glory. The British Army on the Western Front 1915* (Vol. Wolverhampton Military Studies). Helion & Company Limited.
- Kenyon, D. (2011). *Horsemen in No Man's Land: British Cavalry and Trench Warfare 1914 - 1918*. Barnesley, South Yorkshire, England: Pen & Sword Military.
- Lucas. (1925). *L'évolution des Idées Tactiques en France et en Allemagne, pendat la Guerre de 1914 - 1918*. Paris.
- Magno, D. (1921). *Livro da Guerra de Portugal na Flandres*. Porto: Companhia Portuguesa Editora.
- Marques, I. P. (2002). *Os Portugueses nas Trincheiras. Um Quotidiano de Guerra*. Entroncamento: GODAL - Indústria Gráfica e Comércio.
- Marques, I. P. (2004). *Memórias do General Fernando Tamagnini 1915 - 1919 - Os Meus Três Comandos*. Viseu: Sacre.
- Marques, I. P. (2008). *Das Trincheiras com Saudade: a Vida Quotidiana dos Militares Portugueses na 1.ª Guerra Mundial*. Lisboa: A Esfera dos Livros.
- Martelo, D. (2013). *Origens da Grande Guerra - Rumo às trincheiras. Percurso Político Militar (1871 - 1914)* (Primeira Edição ed.). Lisboa: Edições Sílabo.
- Martins, D. d. (1995). *Estudo de Pesquisa Sobre a Intervenção Portuguesa na 1.ª Guerra Mundial (1914 - 1918) na Flandres*. Lisboa: Estado-Maior do Exército - Direção de Documentação e História Militar.
- Martins, F. (1934). *Portugal na Grande Guerra* (Vol. I). Lisboa: Editorial Ática.
- Martins, F. (1945). *História do Exército Português*. Lisboa: Editorial Inquérito Limitada.
- Martins, L. A. (1934 - 1935). *Portugal na Grande Guerra* (Vol. II). Lisboa: Ática.
- Martins, M. (2014). *A Conversão do Grupo de Esquadrões em Grupo de Ciclistas , na frente Ocidental da Grande Guerra*. Lisboa: Academia Militar.
- Ministério dos Negócios Estrangeiros. (1997). *Portugal na Primeira Grande Guerra Mundial (1914 - 1918): Tomo II - As negociações diplomáticas e a ação militar na Europa e em África*. Lisboa: Ministério dos Negócios Estrangeiros.

- Oliveira, G. A. (1995). *História do Exército Português 1910 - 1945* (Vol. III e IV). Lisboa: Direção dos Servilios de História Militar.
- Palat, P. L. (1917). *La Grande Guerre sur le Front Occidental: Les Éléments du Conflit*. Paris: Libraire Chapelot.
- Picaluga, E. (1902). *Repertorio Alfabético para o Regulamento do Serviço da Remonta Geral do Exército de 1902*. Lisboa: Typografia da Cooperativa Militar .
- Secretaria de Estado dos Negócios da Guerra. (1895). *Regulamento para o Serviço da Remonta Geral do Exército*. Lisboa: Imprensa Nacional.
- Secretaria de Estado dos Negócios da Guerra. (1902). *Regulamento para o Serviço de Remonta Geral do Exército*. Lisboa: Imprensa Nacional.
- Soares, V., & Adelino, E. (s.d.). *Dicionário da Terminologia Militar II*. Edição dos Autores.
- Sousa, P. M. (Março de 2016). 1916: mobilização para França. *Jornal do Exército*.
- Swart, S. (2010). Horses in the South African War (1899 - 1902). *Society and Animals*, 18, 348-366.
- Telo, A. J. (2014). *A Grande Guerra - Um Século Depois*. Porto: Fronteira do Caos.
- Telo, A., & Sousa, P. M. (2016). *O CEP. Os militares sacrificados pela má política*. Fronteira do Caos.
- Wintor, G. (2013). *Theirs Not To Reason Why. Horsing The British Army 1875 - 1925* (Vol. Wolverhampton Military Studies). Helion & Company Limited.

APÊNDICE A – ORGANIZAÇÃO E EFETIVO DA DIVISÃO AUXILIAR PORTUGUESA QUANTO A SOLÍPEDES

Quadro 15 Organização e Efetivo da Divisão Auxiliar Portuguesa quanto a solípedes

Designação	Solípedes		
	De sela	De tiro	Para transporte a dorso
1 – Quartel General da Divisão	99	46	-
2 - Secção Automóvel	-	-	-
3 – Companhia de Sapadores Mineiros	20	38	5
4 – Secção de Telegrafistas de Campanha	14	32	2
5 – Secção de Telegrafia sem fios	5	15	-
6 – Secção de Projetores	-	-	-
7 – Secção Divisionária de Pontes	13	71	-
8 – Grupos de 3 Baterias de Artilharia de Campanha 7°,5 T.R.			
a – 1.º Grupo (Artilharia n.º 1)	132	344	-
b – 2.º Grupo (Artilharia n.º 8)	132	344	-
c – 3.º Grupo (Artilharia n.º 2)	132	344	-
d – 4.º Grupo (Artilharia n.º 3 e 5)	132	344	-
9 – Bateria de obuses	31	96	-
10 – Regimento de Cavalaria	690	80	-
11 – Grupos de 3 Baterias de Metralhadoras Divisionários			
a – 1.º Grupo (Grupos de Metralhadoras 1 e 7)	32	60	12
b – 2.º Grupo (Grupos de Metralhadoras 5 e 6)	32	60	12
12 – 1.ª Brigada de Infantaria			
a – Quartel General da Brigada	13	2	-
b – 3.º Grupo de Metralhadoras (2 Baterias do 8.º Grupo)	25	44	8
c – 1.º Regimento de Infantaria (Infantaria n.º 1 e 5)	54	158	24
d – 2.º Regimento de Infantaria (Infantaria n.º 2 e 16)	54	158	24
13 – 2.ª Brigada de Infantaria			
a – Quartel General da Brigada	13	2	-
b – 4.º Grupo de Metralhadoras (2 Baterias do 4.º Grupo)	25	44	8
c – 3.º Regimento de Infantaria (Infantaria n.º 7 e 21)	54	158	24

d – 4.º Regimento de Infantaria (Infantaria n.º 15 e 22)	54	158	24
14 – Coluna de Munições	259	1136	-
15 – Formações Sanitárias			
a – 5 Ambulâncias	60	100	-
b – 2 Colunas de Transporte de Feridos	22	84	-
c – 3 Colunas de Hospitalização	9	82	-
d – Secção de Higiene e Bacteriologia	-	6	-
16 – Trem de Engenharia Divisionário	-	-	-
17 – Trem de Bagagens e Víveres Divisionário	57	36	-
18 – Parque de Reabastecimento de Víveres	77	756	-
19 – Depósitos Iniciais da Base de Operações			
a – Secção Mista de Engenharia	1	-	-
b – Bateria de Artilharia	3	-	-
c – 2 Pelotões de Cavalaria	3	-	-
d – 1 Bateria de Metralhadoras	3	-	-
e – 2 Batalhões de Infantaria	16	-	-
f – 1 Secção de Tropas do Serviço de Saúde	1	-	-
g – 1 Companhia Mista de Tropas de Administração Militar	3	-	-
Soma	2270	4798	143
Total	7211		

Fonte: adaptado de Ordem do Exército N.º 29 de 7 de Dezembro de 1914

APÊNDICE B – ORGANIZAÇÃO E EFETIVO DA DIVISÃO DE INSTRUÇÃO (A DUAS BRIGADAS)

Quadro 16 Organização e Efetivo da Divisão de Instrução (a duas brigadas) quanto a solípedes

Designação	Solípedes
1 – Quartel General da Divisão	147
2 – Secção Automóvel	-
3 – Companhia de Sapadores Mineiros	65
4 – Secção de Telegrafistas de Campanha	48
5 – Secção de Telegrafia sem fios	20
6 – Secção de Projetores	19
7 – Secção Divisionária de Pontes	88
8 – Grupos de Artilharia de Campanha 7,5 cm.	
a – 1.º Grupo de Artilharia Montada	502
b – 2.º Grupo de Artilharia Montada	502
c – 3.º Grupo de Artilharia Montada	502
d – 4.º Grupo de Artilharia de Montanha	220
9 – Bateria de obuses	134
10 – Regimento de Cavalaria	794
11 – Grupos de Metralhadoras	
a – 1.º Grupo (2 Baterias)	79
b – 2.º Grupo (2 Baterias)	79
c – 3.º Grupo (3 baterias)	106
12 – 1.ª Brigada de Infantaria	
a – Quartel General da Brigada	16
c – 1.º Regimento de Infantaria (3 batalhões)	226
d – 2.º Regimento de Infantaria (3 batalhões)	226
13 – 2.ª Brigada de Infantaria	
a – Quartel General da Brigada	16
c – 1.º Regimento de Infantaria (3 batalhões)	226
d – 2.º Regimento de Infantaria (3 batalhões)	226
14 – Coluna de Munições	1209
15 – Formações Sanitárias	
a – 5 Ambulâncias	170
b – 2 Colunas de Transporte de Feridos	106
c – 3 Colunas de Hospitalização	90
d – Secção de Higiene e Bacteriologia	6
16 – Trem de Engenharia Divisionário	-
17 – Comboio Automóvel	-
18 – Coluna de Víveres	856
Total	6683

Fonte: adaptado de Telo & Sousa, 2016

APÊNDICE C – PROPOSTA DA ORGANIZAÇÃO E EFETIVO DO CEP COMO CORPO DE EXÉRCITO

Quadro 17 Composição do CEP como Corpo de Exército segundo proposta do General Tamagnini em 12 de Fevereiro de 1917 ao Ministro da Guerra

Quartel General do Corpo
Duas Divisões:
Dois quartéis gerais de divisão
Infantaria:
Seis regimentos a quatro baterias ou oito regimentos a três batalhões
Quatro grupos de metralhadoras (pesadas)
Seis baterias de morteiros 5ª (ligeiros)
Quatro baterias de morteiros 7,5 (médios)
Artilharia:
Seis grupos de baterias montadas 7,5 T.R.
Dois grupos de baterias de obuses de campanha
Duas colunas de munições divisionárias
Engenharia:
Quatro companhias de sapadores mineiros
Duas secções de telegrafia por fios
Formações sanitárias:
Seis ambulâncias
Duas colunas de transporte de feridos (hipomóveis)
Duas colunas de hospitalização
Tropas não endivisionadas
Cavalaria:
Um grupo de dois esquadrões
Artilharia:
Um grupo de duas baterias de obuses de campanha
Um corpo de artilharia pesada (dez baterias)

Um sub-parque de munições
Uma oficina automóvel para reparação de material de artilharia
Engenharia:
Uma secção de telegrafia sem fios
Uma secção de telegrafistas de praça
Uma companhia de pontoneiros (quatro secções)
Uma secção de projetores
Um batalhão de caminhos de ferro (quatro companhias)
Um trem de engenharia (automóvel)
Aviação:
Uma esquadrilha
Formações sanitárias:
Uma coluna de transporte de feridos (automóvel)
Uma coluna de hospitalização
Serviço de higiene e bacteriologia
Secção de estomatologia
Secção automóvel para transporte de água
Secção automóvel de transporte de água
Formações administrativas:
Comboio automóvel
Trem de bagagens e víveres

Fonte: adaptado de Martins F. , Portugal na Grande Guerra, 1934, pp. 134, 135

APÊNDICE D – TRANSPORTE DO CEP PARA FRANÇA

Quadro 18 Transporte do CEP para França

Navios	Unidades	Solípedes
Comboio n.º 1: parte a 30 de Janeiro de 1917 e chega a Brest a 2 de Fevereiro de 1917		
Bellerophon City of Benares Inventor Bohemia	Quartel General da 1ª Brigada Estado Maior do 1º Reg. de Infantaria (Infª 7) Estado Maior do 2º Reg. de Infantaria (Infª 22) BI 7, 15, 21, 22, 34 Grupo de Esquadrões de Cavª 1º GBA (Grupo de Baterias de Artilharia) do RegArt 2 Ambulância n.º 1 (1º Grupo Compªs Saúde) Coluna transporte feridos n.º 1 Parte do Comboio Automóvel (3º Grupo de Compªs de Adm. Militar).	457
Comboio n.º 2: parte a 16 de Fevereiro de 1917 e chega a Brest a 2 de Fevereiro de 1917		
Rhesus Flavia Laomedon	Parte das tropas das Unidades embarcadas no comboio n.º 1	891
Comboio n.º 3: parte a 30 de Janeiro de 1917 e chega a Brest a 2 de Fevereiro de 1917		
Bellerophon City of Benares Inventor Bohemia	BI 28, 24, 23, 35 Estado Maior do 3º Reg. Infantaria (Infª 24) Ambulância n.º 2 (1º Grupo Compªs Saúde) Sec Auto Tpt água (3º Grupo Compªs Adm Militar) Quartel General do CEP Depósito de Bagagens (1º Grupo Compªs Adm Militar) 1ª Secção Telegrafistas de Campanha (BTC) 2º GBA (Reg Art 7) 1º Grupo Metralhadoras (6º GM)	0

	Secção de Higiene e Bacteriologia Coluna transporte feridos nº 1 (2º GCS)	
Comboio n.º 4: parte a 16 de Março de 1917		
Rhesus Flavia Laomedon Pedro Nunes	Parte das tropas de unidades embarcadas no comboio nº 3 e o BI 3 (no navio Pedro Nunes)	1850
Comboio n.º 5: parte a 23 de Março de 1917		
Bellerophon City of Benares Inventor Bohemia	3º GBA (Reg Artª 8) 1º Grupo Baterias de Obuses 1ª Compª Sapadores Mineiros Estado Maior do 4ª Reg.Infª (RI 14) BI 14, 9, 12 2ª Secção Telegrafistas de Campanha Sec. telegrafistas sem Fios 2º Grupo Metralhadoras 1ª Bateria de Morteiros Ligeiros (RI 15) 2ª Bateria de Morteiros Ligeiros (RI34) 1ª Bateria de Morteiros Médios (RI21) 2ª Bateria de Morteiros Médios (RI 9) Coluna de Hospitalização nº 1 (3ª GCS) Coluna de Hospitalização nº 2 (1º GCS) Ambulância nº 3 (1º GCS) Ambulância nº 4 (1º GCS) Elementos do Quartel General de Base Lavandaria e Banhos (1º GCAM) Oficina Ligeira Automóvel (RA 1) Oficina de Espingardeiro (RA 1)	0
Comboio n.º 6: parte a 15 de Abril de 1917		
Rhesus Flavia Laomedon Pedro Nunes	Coluna transporte de feridos nº 2 (1º GCS) Hospital de Medicina (1º GCS) Estado Maior e três(3) Companhias do BI 3	1332

Comboio n.º 7: parte a 22 de Abril de 1917		
Bellerophon City of Benares Inventor Bohemia	QG da 1ª Divisão 4ª Compª do BI 3 EM do 5º Reg.Infª (Infª 3) EM do 6º Reg.Infª (BI 10) BI 8, 9, 10, 13 4º Grupo Artª (RegArt3) Sec Telegrafistas Ambulancia nº 5 3ª Compª Bat Sap Caminhos Ferro Coluna de Hospitalização nº 3 2º Grupo Baterias Obuses 2ª Compª Sap Mineiros Compª Pontoneiros 4ª Compª Bat Sap Caminhos Ferro 3ª Bateria Morteiros Médios (RI 3)	0
Comboio n.º 8: parte a 16 de Maio de 1917		
Rhesus Flavia Laomedon	1º Depósito de Infantaria (RI 6) Base de Desembarque (1º GCAM)	1607
Comboio n.º 9: parte a 27 de Maio de 1917		
Bellerophon City of Benares Inventor Bohemia	QG da 2ª Divisão BI 20, 1, 2 2º Deposito de Infantaria (RI 19) Deposito de Material de Base EM do 7º Reg Infª (RI 1) 3ª Compª Sap Mineiros Ambulância nº 6 5º Grupo Baterias Artª (Reg Art 1) Ambulancia nº 7 4ª Compª Sap Mineiros 1ª e 2ª Compª do Bat Sap Caminhos de Ferro	0

Navios	Unidades	Solípedes
Partidas isoladas n.º 1 e 2: Gil Eanes parte a 30 de Junho de 1917 e Pedro Nunes a 12 de Julho de 1917		
Gil Eanes Pedro Nunes	Parte das tropas de unidades embarcadas no comboio n.º 9 e pessoal do 3.º Depósito de Infantaria (RI 18 Porto)	0
Comboio n.º 10: parte a 14 de Julho de 1917		
Bellerophon Inventor	3.ª Sec Teleg por Fios Comp.ª de Projectores 1.ª e 2.ª Comp.ªs do BI 5 3.ª Bateria de morteiros ligeiros (RI 35) 4.ª Bateria de Morteiros ligeiros (RI12) Trem de bagagens e viveres Sec do Serviço Aut do Deposito Material Deposito de Remonta Deposito de Cav.ª 3.ª Grupo de Metralhadoras (2.º GM) Deposito Misto 3.º Deposito de Infantaria (RI18) 4.º Depositod e Infantaria (RI 32)	350
Comboio n.º 11: parte a 25 de Julho de 1917		
Bellerophon Inventor	3.ª e 4.ª Comp.ªs do BI 5 EM do 8.º Reg Inf.ª e BI 4 (RI4 – Tavira e Faro) BI 11 4.º Grupo de metralhadoras (5.ºGM) Sub Parque Munições 1.ª Sec Veterinária Deposito Serviço Veterinário	532
Comboio n.º 12: parte a 8 de Agosto de 1917		
Bellerophon Inventor	4.ª Comp.ª do BI 11 Tropas do BI 17 4.ª Bateria de Morteiros Ligeiros (RI29)	285

	5ª Bateria de Morteiros Ligeiros (RI29) 6ª Bateria de Morteiros Ligeiros (RI 13) 7ª Bateria de Morteiros Ligeiros (RI11) 8ª Bateria de Morteiros Ligeiros (RI17) Pelotão de Cavalaria 6º Grupo Baterias de Artª (RegArt 1) 1ª Compª Bat Mineiros Ambulancia nº 8 Coluna Auto Tpt feridos nº2 Coluna Hospitalização nº4 2ª Sec Veterinária Móvel Dest de Policia da 2ª Div do CEP (GNR) Dest de subsistências Trem de Engª Automovel Ambulancia nº 9 2º Grupo de Baterias de Obuses Parte do 5º Grupo Baterias Art, da Ambulancia nº 7, do QG da 2ª Divisão, e do Bat Sap Caminhos de Ferro.	
Comboio n.º 13: parte a 21 de Agosto de 1917		
Bellerophon Inventor	Tropas do BI 17 CAP (Corpo Art Pesada) 3º Grupo de Baterias de obuses Coluna de Munições da 1ª Div Coluna de Munições da 2ª Div Deposito Misto (morteiros) 1º Reforço do CEP (RI 30)	239
Partidas isolada n.º 3: parte a 26 de Agosto de 1917		
Pedro Nunes	Tropas do Corpo de Artilharia Pesada Parte das tropas do BI 17	0
Comboio n.º 14: parte a 26 de Setembro de 1917		
Bellerophon Inventor	Bat de Mineiros Tropas da Coluna de Munições de Artª Estação de Evacuação	240

	Hospital de Cirurgia Coluna Aut TF Colunas Hospitalização nº 5 e nº 6 Reforço do CEP: do RI 31, RI 32, 4º Grupo Met, uma Bateria de Art 8, Batalhão de Pontoneiros e uma Comp do RI 16.	
--	--	--

Navios	Unidades	Solípedes
Comboio n.º 15: parte a 10 de Outubro de 1917		
Inventor Pedro Nunes	CAPI (Corpo de Artilharia Pesada Independente)	0

Fonte: adaptado de Telo & Sousa, 2016

**APÊNDICE E – EFETIVOS PREVISTOS DAS UNIDADES E
FORMAÇÕES QUE FAZEM PARTE DO CEP EM 16 DE JULHO DE
1917**

Quadro 19 Efetivos Previstos das Unidades e Formações que fazem parte do CEP em 16 de julho de 1917

	Unidades e Formações	Solípedes	
		De sela	De tiro
Composição de uma divisão	1 Quartel General	80	50
	2 Companhias de Sapadores mineiros	60	122
	1 Secção de telegrafistas por fios	24	38
	3 Grupos de Baterias de Tiro Tenso	531	1104
	1 Grupo de Baterias de Tiro Curvo	128	250
	1 Coluna de Munições	219	1180
	4 Regimentos de Infantaria	284	1224
	4 Baterias de Morteiros Ligeiros	-	8
	2 Baterias de Morteiros Médios	-	4
	2 Grupos de Metralhadoras Pesadas	86	288
	4 Ambulâncias	56	118
	1 Coluna de Transporte de Feridos (hipomóvel)	12	46
	1 Coluna de Transporte de Feridos (automóvel)	-	-
	2 Colunas de Hospitalização	-	-
	1 Secção Veterinária Móvel	24	8
	Total	1474	4364
	1 Quartel General do Corpo	39	-
	1 Batalhão de Sapadores de Caminho de Ferro	-	-
	1 Batalhão de Mineiros	114	188

Composição das forças não divisionadas	1 Companhia de Pontoneiros	27	54
	1 Companhia de Projectores	61	302
	1 Secção de Telegrafistas sem Fio	21	34
	1 Secção de Telegrafistas de Praça	5	26
	1 Secção de Telegrafistas por Fios	1	6
	1 Trem de Engenharia Automóvel	-	-
	1 Grupo de Baterias de Tiro Curvo	128	280 ou 250
	1 Grupo de Artilharia Pesada (10 batarias)	184	764
	1 Sub-Parque de Munições	-	-
	1 Oficina Ligeira Automóvel	-	-
	1 Grupo de Esquadrões	419	76
	1 Ambulância	14	28
	1 Coluna de Transporte de Feridos Automóvel	-	-
	2 Colunas de Hospitalização	-	-
	1 Serviço de Higiene e Bacteriologia	-	-
	1 Secção de Estomatologia	-	-
	1 Trem de Bagagens e Víveres	77	102
	1 Comboio Automóvel (12 Secções)	-	-
	1 Secção para Transporte de Água (Automóvel)	-	-
	Total	1114	1844
	Duas divisões	2948	8688
	Total Geral	4062	10532
Serviços da Retaguarda	1 Comando da Base de Desembarque	8	-
	1 Quartel General de Base de Operações	23	4
	1 Depósito Mixto	4	4
	4 Depósito de Infantaria	28	24
	1 Depósito de Material	-	-
	1 Depósito de Cavalaria	2	-
	1 Depósito de Remonta	288	600
	1 Depósito de Serviço de Veterinária	-	-
	1 Depósito de Artilharia Pesada	-	2
	1 Oficina de Espingardeiro	-	-

	1 Destacamento de Subsistências	3	-
	1 Lavandaria e Banhos	-	-
	1 Secção de Contabilidade com o Exército Inglês	-	-
	1 Hospital de Cirurgia	-	-
	1 Hospital de Medicina e Depósito de Convalescentes	-	-
	1 Estação de Evacuação	-	-
	Total	356	634
Em reforço	Sapadores Mineiros	-	-
	Pontoneiros	-	-
	Telegrafistas de Campanha	-	-
	Sapadores de Caminho de ferro	-	-
	1 Bateria de Artilharia de Tiro Tenso	-	-
	1 Divisão de Artilharia de Tiro Curvo	-	-
	-	-	-
	-	-	-
	Cavalaria	-	-
	4 Batalhões de Infantaria	-	-
	1 Bateria de Metralhadoras	-	-
	1 Bateria de Morteiros Ligeiros	-	-
	Serviços de Saúde	-	-
	Corpo de Artilharia Pesada	-	-
	Total	-	-
Total Geral		4062	10532
Total de Solípedes		14594	

Fonte: adaptado de AHM 1/35/1015/8

**ANEXO A – TABELA DOS MERCADOS ESPECIAIS E GERAIS
PREVISTA NO REGULAMENTO PARA O SERVIÇO DA REMONTA
GERAL DO EXÉRCITO DE 1902**

61

Tabella dos mercados especiais e gerais

Localidades	Mercados especiais	Mercados gerais
1.ª Epocha		
Villa Viçosa.....	29 agosto.....	30 e 31 agosto.
Golegã.....	9 e 10 novembro	11, 12 e 13 novembro.
Villa Viçosa.....	29 e 30 janeiro.	31 janeiro e 1 fevereiro.
Penafiel.....	11 abril.....	12 abril.
2.ª Epocha		
Salvaterra de Magos.	13 maio.....	-
Alzambuja.....	15 maio.....	-
Villa Viçosa.....	29 maio.....	30 e 31 maio.
Penafiel.....	8 junho.....	9 junho.
Villa Real de Trax os Montes.....	12 junho.....	13 junho.
Evora.....	22 e 23 junho....	24 e 25 junho.

Paço, em 28 de junho de 1902.— *Luiz Augusto Pimentel Pinto.*

Ilustração 7 Tabela dos mercados especiais e gerais prevista no Regulamento para o Serviço da Remonta Geral do Exército de 1902

Fonte: AHM 1/35/1401/8

ANEXO B – RELAÇÃO DE SOLÍPEDES A SEREM ENTREGUES EM DETERMINADAS UNIDADES

C. E. P.
C. E. b.

18 Rep. Relação dos solípedes mandados entregar em determinadas unidades que se indicam, conforme as notas da R.I.O. n.º 2777/83 e 2778/83 de 13

Unidades	Números	Designação	Resenha e marca	Observações
C. T. B.	131	Cavalo	Na S. n. V. 8	Ex montada do Sr. Ten. Med. Castro e Silva
C. T. B.	5	Cavalo		Idea do Sr. T. Cor. Ser.
D. I.	3	Mar		
D. I.	4	Mar		
D. I.	5	Mar		
D. I.	6	Mar		
C. T. B.	228	Mar		
C. T. B.	258	Mar		
E. Rem.	357	Mar	Na C. n. 1	
E. Rem.	356	Mar		
C. T. B.	33	Mar		
C. T. B.	7	Mar		
C. T. B.	418	Mar		
C. T. B.	484	Mar		
C. T. B.	485	Mar		
C. T. B.	18	Mar		
2a C. S. C.	15	Mar	Castanho presunho na perna direita	
2a C. S. C.	34	Mar	Preto com linha branca P. na perna esquerda.	
1a C. S. C.	✓ 7	Egua	Na 6ª C. D. A.	
1a C. S. C.	✓ 10	Cavalo	Escura e estrela na testa P. na perna esquerda	
1a C. S. C.	✓ 38	Cavalo	Picardo S. na perna esquerda	
2a C. S. C.	✓ 2	Cavalo	Russo claro P. na perna esquerda	
2a C. S. C.	✓ 7	Egua	Castanho escuro P. na perna esquerda	
2a C. S. C.	✓ 13	Egua	Castanho maduro P. na perna esquerda	
2a C. S. C.	✓ 37	Egua	Castanho escuro P. na perna esquerda	
2a D. I.	✓ 30	Cavalo		Ex montada do Sr. Coronel Santa Clara
E. Rem.	358	Cavalo	1318 (na 1ª. linha)	Idea Sr. Alf. Moraes
C. T. B.	✓ 10	Egua		
C. T. B.	✓ 16	Cavalo		
C. T. B.	✓ 17	Egua		
C. T. B.	✓ 18	Egua		
C. T. B.	✓ 11	Cavalo		
D. F.	✓ 155	Cavalo	Russo escuro, 7 anos P. na perna esquerda	
D. F.	✓ 157	Cavalo	Castanho estrelado, 8 anos caquido no pé esquerdo	
D. F.	✓ 447	Cavalo	Russo escuro, 12 anos P. na perna esquerda	
D. F.	✓ 403	Cavalo	Preto presunho, 8 anos P. na perna esquerda	

Ilustração 8 Relação de solípedes a serem entregues em determinadas unidades em 19 de Novembro de 1918

Fonte: AHM 1/35/658/2

-Continuação-

Unidades	Numero	Designação	Desenho e cores	Observações
Dest° P.	✓ 15	Cavalo	Castanho escuro nas 4 pernas e estrelado F. na coxa	
Dest° P.	✓ 16	Cavalo	Castanho estrelado - ferro F.	
Dest° P.	✓ 170	Cavalo	Castanho ferro F. na coxa direita	
Dest° P.	✓ 156	Cavalo	Castanho escuro (I.R.) na coxa direita	
Dest° P.	✓ 200	Cavalo	Preto alçado	(vermelho no ventre)
Dest° P.	✓ 230	Cavalo	Castanho estrelado ferro F. na perna esquerda	
Dest° P.	✓ 13	Cavalo	Branco ferro O. na coxa esquerda	(33)
Dest° P.	✓ 207	Cavalo	Castanho cicatriz no lado esquerda da garupa	
Dest° P.	✓ 206	Cavalo	Castanho claro ferro F.	
Dest° P.	✓ 236	Cavalo	Castanho ferro F. na perna esquerda	
Dest° P.	✓ 8	Cavalo	Branco ferro na coxa esquerda	
Dest° P.	✓ 240	Cavalo	Castanho estrelado ferro F. na perna esquerda	
Dest° P.	✓ 243	Cavalo	Russo castanho ferro F. na coxa esquerda	
Dest° P.	✓ 241	Cavalo	Russo claro ferro F. na perna esquerda	
Dest° P.	✓ 124	Cavalo	Fundo escuro ferro (B) na coxa direita	
D. Art. C.	✓ 2	Cavalo		
D. Art. C.	✓ 6	Cavalo		
D. Art. C.	✓ 20	Cavalo		

Rio de Janeiro, 19 de Novembro de 1918

Chefe do Estado Maior

Antônio Carlos de Albuquerque

Ilustração 9 Continuação da relação de solípedes a serem entregues em determinadas unidades em 19 de Novembro de 1918

Fonte: AHM 1/35/658/2